

**Contrato Programa entre
Plataforma Portuguesa das ONGD e
Camões, Instituto da Cooperação e da Língua
*2023-2026***

2 de junho de 2023

PROGRAMA

Ficha Sumário

<p>A. TÍTULO: (o título deve traduzir de forma sintética o tema central do projeto proposto)</p>	<p>Contrato Programa entre Plataforma Portuguesa das ONGD e Camões, Instituto da Cooperação e da Língua I.P.</p>
<p>B. ENTIDADE:</p>	<p>Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento</p>
<p>C. PAÍS/REGIÃO: (localização detalhada)</p>	<p>Portugal</p>
<p>D. ODS: (identificar o ODS e respetiva(a) Meta(s))</p>	<p>ODS 1 – Erradicar a Pobreza</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento (em particular, os países menos desenvolvidos) possam implementar programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões • Criar enquadramentos políticos sólidos ao nível nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos mais pobres e que sejam sensíveis às questões da igualdade do género, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza <p>ODS 4 – Educação de Qualidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e da não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável <p>ODS 5 – Igualdade de Género</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, a todos os níveis <p>ODS 10 – Reduzir as Desigualdades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, através da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito • Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições económicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, credíveis, responsáveis e legítimas • Facilitar a migração e a mobilidade das pessoas de forma ordenada, segura, regular e responsável, através da implementação de políticas de migração planeadas e bem estruturadas ou organizadas.

	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com os seus planos e programas nacionais <p>ODS 13 – Ação Climática</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a implementação do compromisso assumido pelos países desenvolvidos na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas [UNFCCC, em inglês] de mobilizarem, em conjunto, 100 mil milhões de dólares por ano, a partir de 2020, a partir de variadas fontes, de forma a responder às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações significativas de mitigação e implementação transparente; e operacionalizar o Fundo Verde para o Clima por meio da sua capitalização o mais cedo possível • Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planeamento e gestão eficaz no que respeita às alterações climáticas, nos países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, e que tenham um especial enfoque nas mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas <p>ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover o Estado de Direito, ao nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos • Garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis • Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governação global <p>ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os países desenvolvidos devem implementar de forma plena os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive canalizar 0,7% do rendimento nacional bruto [RNB] para AOD aos países em desenvolvimento, e alocar 0,15% a 0,20% desse valor para os países menos desenvolvidos. • Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável • Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil que sejam eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias 					
<p>E. SETOR: (Identificar o setor em que o projeto se insere, classificando-o de acordo com o código de setores do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), que se encontra disponível, para consulta, junto dos documentos que compõem as Diretrizes para a Apresentação de Propostas. NOTA: Deverá ser escolhido o nível mais desagregado dos códigos CAD, ser feita uma leitura cuidada da coluna “Clarificações/Notas adicionais” para assegurar uma correta classificação e sempre que o projeto contribuir para mais do que um setor, deverá ser escolhido apenas aquele que</p>	<p>Código de setor CAD em que o projeto se insere:</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <tr> <td style="text-align: center;">1</td> <td style="text-align: center;">5</td> <td style="text-align: center;">1</td> <td style="text-align: center;">5</td> <td style="text-align: center;">0</td> </tr> </table> <p>Descrição: apoio às organizações que representam os seus membros, que exigem aos Governos prestação de contas e que ajudam os cidadãos a atuar na esfera pública; formação cívica e curricula</p>	1	5	1	5	0
1	5	1	5	0		

maior prevalência assumir no contexto da lógica de intervenção do mesmo)	
F. OBJETIVO DA INTERVENÇÃO: (indicar de forma sucinta o objetivo principal que o programa/projeto pretende atingir)	Fortalecer a ação transformadora da sociedade civil portuguesa no setor do Desenvolvimento para a construção de um mundo justo, solidário, equitativo e sustentável, com vista ao bem comum e à dignidade humana.
G. GRUPO ALVO: (identificar os beneficiários diretos)	Profissionais do setor não governamental (de ONGD Associadas e outras ONGD e de outras organizações da sociedade civil portuguesa, de outros países europeus e dos países de língua oficial portuguesa); decisores políticos nacionais (partidos políticos com assento na Assembleia da República, Governo, MNE e outros Ministérios com intervenção setorial, Municípios e Direções-Gerais, Institutos); decisores políticos europeus, nomeadamente eurodeputados/as do Parlamento Europeu, e instituições europeias; empresas; universidades e meios de comunicação social; população residente em Portugal, nomeadamente estudantes universitários/as, interessados/as na temática do Desenvolvimento.
H. PARCEIRO LOCAL:	Não aplicável
I. DURAÇÃO E CALENDÁRIO PREVISTO: (indicar a data prevista de início e de fim da intervenção bem como as diferentes fases da mesma, em meses)	Início a 1 de julho de 2023 e termo a 31 de dezembro de 2026
J. CUSTO DO PROJETO: (indicar o custo total e o custo das fases do projeto em euros)	Não aplicável
K. CUSTO DO PROGRAMA:	1ª fase (1 de julho a 31 de dezembro de 2023): 82.500€ 2ª fase e seguintes (2024 a 2026): 170.000€ por ano Global: 592.500€
L. PLANO DE FINANCIAMENTO: (indicar o valor solicitado ao Camões, IP, as entidades financiadoras e valor da participação e respectivo comprovativo relativamente à duração total do projeto e às suas respectivas fases)	O montante definido de 592.500€ será desembolsado a favor da Plataforma Portuguesa das ONGD, em cinco tranches: a) A primeira, no valor de 80% de 82.500€ referente ao orçamento da primeira fase (a decorrer no 2º semestre de 2023), nos 30 dias úteis subsequentes à aprovação do plano de atividades, cronograma e orçamento para a referida fase (até dia 1 de setembro de 2023); b) A segunda, no valor remanescente da primeira fase mais 80% da segunda fase (de 170.000€), até 30 dias úteis após a aprovação dos relatórios de execução física e financeira da primeira fase e do plano de Atividades para a segunda fase (até dia 1 de março de 2024); c) A terceira, no valor remanescente da segunda fase mais 80% da terceira fase (de 170.000€), até 30 dias úteis após a aprovação dos relatórios de execução física e financeira da segunda fase e do plano de atividades da terceira fase (até dia 1 de março de 2025); d) A quarta, no valor remanescente da terceira fase mais 80% da quarta fase (de 170.000€), até 30 dias úteis após a aprovação dos relatórios de execução

	<p>física e financeira da terceira fase e do plano de atividades para a quarta fase (até dia 1 de março de 2026);</p> <p>e) A quinta, no valor remanescente da quarta fase, até 30 dias após a aprovação dos relatórios de execução financeira da referida fase (até dia 1 de março de 2027).</p>
--	---

M. RESUMO DO PROGRAMA:

As opções estratégicas que a Plataforma Portuguesa das ONGD (PPONGD) pretende assumir para o futuro Contrato Programa (CP), centram-se em quatro áreas, designadamente: 1) fortalecer a colaboração e partilha entre ONGD Associadas e com atores externos diversificados; 2) alargar o posicionamento e campo de ação políticos, no quadro de debates, desenho de políticas públicas, participação em processos legislativos e outros; 3) contribuir para o reforço da sustentabilidade organizacional da Plataforma e das ONGD; 4) promover o acesso a informação e a oportunidades de reflexão crítica.

Consciente da complexidade e interdependência dos desafios atuais para alcançar o desenvolvimento sustentável a nível global, estas prioridades visam garantir que a sociedade civil portuguesa, em particular as ONGD, estão mais preparadas para responder e adequar a sua ação aos desafios globais atuais, fortalecendo a sua capacidade para a transformação social para a construção de um mundo justo, solidário, equitativo e sustentável, com vista ao bem comum e à dignidade humana.

A Plataforma das ONGD considera premente propiciar a implementação de um processo, em que a capacitação institucional, a reflexão crítica coletiva, a colaboração e a concertação internas e com atores diversificados, permitam proceder à revisão do papel da sociedade civil, com vista a poder responder, adaptar-se e ser resiliente, aos inúmeros choques que caracterizam o contexto internacional e, em particular, o setor da cooperação internacional.

As prioridades definidas são coincidentes com os problemas e necessidades identificados pelas ONGD Associadas, aferidos em momentos coletivos de reflexão, e com o atual enquadramento estratégico da Plataforma, vertido no Plano Estratégico da PPOGD 2020-2024, bem como as recomendações das avaliações externas intermédia do Plano Estratégico e final do Contrato Programa (realizadas em julho de 2022). Especificamente, as avaliações identificaram como prioritário: i) na área da *Coesão e Partilha*, aumentar as oportunidades de colaboração interna e com atores externos, assim como potenciar o debate, a reflexão crítica e a partilha, através da forma como os diferentes mecanismos de participação funcionam e se estruturam; ii) em *Advocacy e Influência Política*, reforçar os mecanismos de partilha interna do trabalho desenvolvido e a promoção de um espaço de reflexão sobre o modelo de governança da Plataforma para garantir um trabalho eficaz nesta área; iii) em termos de *Sustentabilidade*, manter futuramente um programa de capacitação coeso, com a manutenção de ações de capacitação inicial para novos integrantes do setor e ONGD com menos experiência, mas igualmente o investimento em formações contínuas, com carácter de especialização e em eventos de média duração; garantir maior dispersão geográfica das atividades, por forma a chegar a mais pessoas e conseguir uma visibilidade e reconhecimento público mais homogéneo pelo território nacional; iv) na área da *Comunicação Externa*, assegurar uma comunicação externa mais acessível e perceptível para o cidadão comum, mas com base numa lógica de Comunicação para o Desenvolvimento, conduzindo ao pensamento crítico e compreensão das questões, e assegurar o fortalecimento da presença da Plataforma nos meios de comunicação social.

O objetivo da presente proposta de Contrato Programa a estabelecer entre a Plataforma Portuguesa das ONGD e o Camões IP, é *fortalecer a ação transformadora da sociedade civil portuguesa no setor do Desenvolvimento para a construção*

de um mundo justo, solidário, equitativo e sustentável, com vista ao bem comum e à dignidade humana.

Como objetivo específico pretende-se, através do CP, *reforçar o papel e o trabalho da Plataforma e das ONGD na resposta aos desafios globais, através do fortalecimento da colaboração interna e da sua diversificação com atores externos, da promoção da reflexão crítica, do posicionamento político e público e da sustentabilidade*, pela concretização dos seguintes resultados:

R1. Colaboração e partilha entre ONGD Associadas e com atores externos diversificados fortalecidas, através da criação e implementação de espaços de encontro, diálogo e reflexão;

R2. Posicionamento e campo de ação políticos alargados, no quadro de debates, desenho de políticas públicas, participação em processos legislativos e outros processos relevantes para o setor;

R3. Sustentabilidade organizacional da Plataforma e das ONGD promovida através da capacitação institucional e da melhoria das práticas, alicerçadas em princípios de conduta e transparência.

R4. Acesso a informação e a oportunidades de reflexão crítica promovidos, pela produção e disseminação de conteúdos comunicacionais.

Neste sentido, a intervenção do Contrato Programa, agrupa-se em **quatro eixos operacionais** coincidentes com os eixos estratégicos do Plano Estratégico 2020-2024 da Plataforma, nomeadamente: i) coesão e partilha; ii) *advocacy* e influência política; iii) capacitação e sustentabilidade; e iv) comunicação e informação sobre o setor do Desenvolvimento.

A dimensão de **coesão e partilha** agrega um conjunto de atividades direcionadas para incrementar o diálogo e a construção comum entre as ONGD e outros atores, quer do setor da Cooperação Portuguesa, quer de outros setores (sejam outras organizações da sociedade civil, movimentos sociais, setor público, academia, setor privado lucrativo), com vista a aumentar as oportunidades de colaboração, parceria e sinergia com várias organizações. Assim, com o CP apostar-se-á na continuação da realização e diversificação de reuniões de trabalho com Associadas, sobre temas importantes para o setor, mas igualmente na articulação e partilha de conhecimentos e experiências de trabalho nas três áreas de intervenção das ONGD. Adicionalmente, realizar-se-ão eventos de capacitação, de debate e de reflexão com atores diversificados, com vista a promover uma reflexão conjunta mais crítica e informada, e encontrar pontos de contacto que possibilitem o aprofundamento de parcerias e identificação de sinergias futuras. Prevê-se ainda, neste eixo, criar e dinamizar uma estrutura de reflexão e orientação estratégica que reúna representantes das ONGD Associadas da Plataforma e crie as condições para o aumento da regularidade das discussões sobre os assuntos que marcam o setor. O objetivo da criação desta estrutura passa ainda por aprimorar os processos internos relacionados com a construção de posicionamentos – contribuindo, assim, para, em linha com as conclusões do processo de avaliação, abrir a porta a uma maior apropriação por parte das ONGD e garantir a participação atempada da Plataforma em discussões externas.

No quadro do Planeamento Estratégico da Plataforma, para aumentar a colaboração e o interconhecimento entre as ONGD Associadas, o CP prevê a definição de prioridades e estratégias com a elaboração e implementação da Estratégia de Coesão interna; a dinamização dos Grupos de Trabalho e de outras estruturas internas de participação e diálogo; as visitas da Plataforma às suas Associadas; a criação e implementação de intercâmbios entre Associadas da Plataforma, apostando na capacitação entre pares e no reforço da partilha.

O eixo de **advocacy e influência política** aposta na consolidação do trabalho político realizado, do posicionamento e campo de ação políticos, no quadro de debates, desenho de políticas públicas, participação em processos legislativos e

outros processos relevantes para o setor, prevendo para tal a revisão da Estratégia de *Advocacy* da Plataforma. Pretende-se apostar na definição de um trabalho futuro com um pendore mais estratégico e colaborativo que possibilite aprofundar o peso e a força política da Plataforma e das ONGD, de acordo com a Estratégia de *Advocacy*. Ao mesmo tempo, apostar-se-á na produção de conhecimento, pela elaboração de publicações temáticas, e na sua disseminação, bem como na mobilização das Associadas para a construção de posicionamentos conjuntos. A promoção de um debate alargado e a articulação com decisores políticos nacionais e internacionais diversificados, acontecerá pela concertação sobre temáticas de importância estratégica, com instituições nacionais e internacionais, e pela realização de eventos de *advocacy*, para incrementar a participação da sociedade civil na definição de políticas públicas nacionais e internacionais nas áreas de intervenção das ONGD. Simultaneamente, procurar-se-á apostar na continuidade do fortalecimento de relações institucionais com diferentes atores do Desenvolvimento, nacionais e internacionais.

A **capacitação e a sustentabilidade das ONGD** são vetores centrais de modo a promover as condições necessárias para que as ONGD e a Plataforma possam adaptar-se aos novos desafios que se colocam atualmente, numa lógica de reforço das capacidades de adequação, resposta e estruturação, alicerçadas em princípios de conduta e transparência, a partir da continuidade da implementação do Código de Conduta da Plataforma. Assim, e em linha com os restantes eixos de ação e resultados definidos, proceder-se-á a uma revisão da Estratégia de Capacitação, no quadro do planeamento estratégico da Plataforma, para reajustar a resposta nesta área às necessidades e expectativas das Associadas, prevendo-se a realização de ações de formação e ações de capacitação. Neste CP, a Plataforma das ONGD pretende apostar em atividades diferenciadas que respondam de forma mais adequada à diversidade das ONGD portuguesas, e em particular às suas Associadas, de modo a contribuir para a melhoria da sua sustentabilidade organizacional e das suas práticas. Na vertente de sustentabilidade organizacional, neste CP será implementado um Programa de sustentabilidade para as ONGD Associadas, cujo objetivo se centra na disponibilização do acesso a informação relevante para permitir a diversificação de fontes de financiamento e de doadores, e ao mesmo tempo na aposta na capacitação das ONGD para que sejam criadas condições internas que permitam a obtenção de mais financiamento para o seu trabalho.

No que se refere ao **eixo da comunicação externa**, a intervenção do CP pretende dar visibilidade ao setor junto dos/as cidadãos/ãs promovendo o acesso a informação e a oportunidades de reflexão crítica, através da produção e disseminação de conteúdos comunicacionais, de qualidade e diferenciados, otimizando estrategicamente a comunicação digital, com base numa lógica de Comunicação para o Desenvolvimento. O reforço deste propósito, acontecerá por via da revisão da Estratégia de Comunicação, mas consubstanciar-se-á em artigos e outros conteúdos a disseminar nos canais de comunicação externa da Plataforma, nas redes sociais e website, mas também pela continuação da publicação e divulgação da Newsletter mensal da Plataforma e da Revista semestral. Proceder-se-á igualmente à dinamização da relação com os media portugueses, através da realização de contactos em momentos-chave, os quais se pretende otimizar pela contratação de um serviço de assessoria de imprensa externa.

No sentido de assegurar uma eficiente e adequada gestão e avaliação de eficácia e impacto do trabalho desenvolvido no âmbito do CP, a Plataforma propõe ainda reforçar o funcionamento do Comité de Acompanhamento Estratégico, para a melhoria do modelo de gestão operacional criado, e a revisão do Sistema de Monitorização e Avaliação do CP, para adequação aos resultados definidos para este CP.

Dados Sobre a ONGD Proponente

A. Identificação

A.1.	Nome completo da ONGD	Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento
A.2.	Sigla da ONGD (quando aplicável)	PPONGD
A.3.	Morada oficial	Rua Aprígio Mafra, nº 17, 3º Drt. 1700-051 Lisboa
A.4.	NIF e código da repartição de finanças	504668005 – CAE 91333
A.5.	Responsável pela candidatura e pelos eventuais esclarecimentos	
A.5.1.	Nome	Rita Leote
A.5.2.	Cargo	Diretora Executiva
A.5.3.	Telefone	21 887 22 39
A.5.4.	Fax	NA
A.5.5.	Endereço electrónico	rita.leote@plataformaongd.pt

B. Detalhes Bancários

B.1.	Nome do titular da conta	Plataforma Portuguesa das ONGD
B.2.	Nome do banco	Caixa Geral de Depósitos
B.3.	Endereço do balcão do banco	Agência Central Sede
B.4.	Número da conta bancária	0001022630431
B.5.	NIB	PT50 0035 0001 00022630431 88

C. Pessoal que compõe a ONGD

C.1.	Número de pessoal remunerado (a tempo inteiro e parcial)	5 1 Coordenador/a geral; 1 Responsável de Comunicação; 1 Responsável de Capacitação; 1 Responsável de <i>Advocacy</i> ; 1 Responsável Administrativo e Financeiro
C.1.1.	Na sede da organização	5
C.1.2.	Expatriados (com a indicação de onde se encontram)	Não aplicável

C.1.3.	Pessoal local remunerado	Não aplicável
C.2.	Número de voluntários (a tempo inteiro e parcial)	Não aplicável
C.2.1.	Na sede da organização	Não aplicável
C.2.2.	Expatriados (com a indicação de onde se encontram)	Não aplicável
C.2.3.	Pessoal local voluntário	Não aplicável

D. Informação Sobre a Gestão

D.1.	Principais doadores	Camões IP, ONGD Associadas, Fundação Calouste Gulbenkian
D.2.	Em anexo: Relatório de atividades e contas do ano anterior	Relatório Atividades e Relatório e Contas de 2022; Relatório de Avaliação final do Contrato Programa 2018-2022; Plano Estratégico da Plataforma Portuguesa das ONGD 2020-2024

2 - APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA

A. ENQUADRAMENTO/CONTEXTO

A.1. POLÍTICA SETORIAL

A Estratégia da Cooperação Portuguesa

A presente proposta de Contrato Programa (CP) enquadra-se no **Protocolo** existente desde 2001 **entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Plataforma Portuguesa das ONGD**, nomeadamente na sua cláusula 4ª: *No âmbito do Programa Integrado de Cooperação portuguesa, o MNE inscreverá todos os anos uma dotação específica para os programas e projetos a desenvolver pelas ONGD e pela Plataforma Portuguesa das ONGD, de acordo com as políticas e estratégias previamente definidas.*

Enquadrado à data pelo documento de orientação estratégica “A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI” (1999), este protocolo estabeleceu as bases de uma relação regular de colaboração entre as partes na definição, implementação e acompanhamento de políticas de cooperação externa enquanto “expressão da solidariedade entre os povos e a luta contra a pobreza”. Reconhecendo o papel estratégico da Cooperação para o Desenvolvimento (CD), Educação para o Desenvolvimento (ED) e Ajuda Humanitária e de Emergência (AHE) para a política externa nacional, a necessidade de alinhamento das políticas nacionais com as instâncias internacionais e a necessidade de desenvolver um quadro de ação integrada neste domínio em articulação com os atores da sociedade civil, o protocolo representa o reconhecimento formal da PPONGD enquanto estrutura representativa das ONGD e estabelece um conjunto de compromissos como a definição de orientações estratégicas e programáticas, a criação de mecanismos de auscultação das ONGD e a criação de mecanismos legais e financeiros.

A publicação do documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa” (em 2006) e do Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020¹ (em 2014), reafirmaram que “*A política de cooperação para o desenvolvimento é um vetor chave da política externa portuguesa, que assenta num consenso nacional alargado entre as principais forças políticas e a sociedade civil, tendo como objetivo a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável dos países parceiros, num contexto de respeito pelos direitos humanos, pela democracia e pelo Estado de direito*”. Ao mesmo tempo assinalavam que “*atendendo à estrutura descentralizada da cooperação portuguesa, é prioritário o desenvolvimento de parcerias inclusivas e abrangentes, que valorizem as mais-valias dos atores estatais e não-estatais, o público e o privado e o lucrativo e o não -lucrativo, procurando alinhar objetivos e promover capacidades de intervenção complementares*”. Ao relevar a importância de uma sociedade civil forte como “*(...) requisito fundamental na construção e no desenvolvimento de democracias, contribuindo para a sensibilização da*

¹ https://www.instituto-camoes.pt/images/legislacao/rcm_17_2014.pdf

sociedade relativamente a assuntos como a pobreza, a igualdade de género e o acesso à educação e saúde (...)”, o Conceito Estratégico abria caminho à necessidade de “(...) *reforçar uma orientação de inclusão das organizações da sociedade civil, numa lógica de atuação conjunta, promovendo a sua participação e contribuição para uma maior eficácia, qualidade e coerência da política de cooperação.* Ao mesmo tempo, reconhecia a sociedade civil como interlocutora privilegiada “(...) *na reflexão e debate sobre as políticas públicas nesta área, com profundo conhecimento das dinâmicas locais, beneficiando do reconhecimento das entidades locais e internacionais (...)*”, pelo que o Conceito defendia que “*um maior envolvimento da sociedade civil na discussão das políticas, na definição de estratégias e na implementação de programas é igualmente desejável.*”

Com o termo da vigência do Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020 o governo português elaborou e aprovou uma nova estratégia nesta área. Em dezembro de 2022, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 121/2022 aprova a **Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030**² (ECP), na sequência de uma consulta pública realizada a nível nacional. A ECP enquadra a abordagem e os resultados que se pretende concretizar com o presente Contrato Programa (CP).

A missão da política de Cooperação Portuguesa, como apresentada no documento, é a “*consiste na erradicação da pobreza, no combate às desigualdades e na promoção de um desenvolvimento global sustentável, equitativo e inclusivo, assente no respeito pela dignidade humana e sem deixar ninguém para trás. Nesse sentido, a política de cooperação contribui para um sistema multilateral forte e eficaz enquanto condição para uma ordem internacional assente na promoção da paz, na solidariedade, na concertação, no diálogo e no respeito por regras e princípios. A ação da Cooperação Portuguesa está particularmente orientada para a prossecução dos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030)*”³. A presente proposta de CP está alinhada com esta missão ao definir como propósito primordial “*Fortalecer a ação transformadora da sociedade civil portuguesa no setor do Desenvolvimento para a construção de um mundo justo, solidário, equitativo e sustentável, com vista ao bem comum e à dignidade humana*”, existindo uma identificação clara por parte do Contrato Programa com o ideário veiculado pelo governo, no que se refere a “*colocar as pessoas no centro dos processos de desenvolvimento e responder às suas aspirações comuns a uma vida digna, assegurando, simultaneamente, a preservação do planeta — e, consequentemente, da própria Humanidade*”.

Em termos de abordagem, a Estratégia procura estabelecer “*uma resposta aos desafios globais de desenvolvimento e às dinâmicas internacionais da cooperação nesse contexto*”, afirmando que se verifica no contexto atual uma “*aceleração das mudanças e interdependências mundiais*” e uma “*complexificação dos desafios de desenvolvimento*”, com efeitos múltiplos e imprevisíveis a nível humano, social e económico de “*crises cumulativas e interligadas – de onde se destacam a crise climática e de sustentabilidade, a recuperação económica e social da pandemia da doença COVID-19 ou as ameaças à*

² <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDYxNQcAkRsTgQUAAAA%3d>

³ Vide todas as citações na Resolução de Conselho de Ministro de 9 de dezembro de 2022 que aprova a Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030.

paz, incluindo o impacto da guerra da Ucrânia. Este enquadramento é central e constitui a base da definição do presente Contrato Programa, como espelha o objetivo específico proposto, “reforçar o papel e o trabalho da Plataforma e das ONGD na resposta aos desafios globais, através do fortalecimento da colaboração interna e da sua diversificação com atores externos, da promoção da reflexão crítica, do posicionamento político e público e da sustentabilidade”.

A Estratégia destaca as três dimensões prioritárias da Cooperação Portuguesa (Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Ação Humanitária e de Emergência) e apresenta como pilares estruturantes da política: *i) o respeito pelos direitos humanos e direitos e liberdades fundamentais, ii) a promoção e consolidação da paz e segurança, da democracia e do Estado de direito, iii) a igualdade de género, o empoderamento e direitos das mulheres e meninas e iv) a proteção do ambiente e o combate às alterações climáticas num quadro de promoção da sustentabilidade*. As três dimensões e os referidos pilares são também prioritários, quer para a sociedade civil em sentido lato, quer em particular para a Plataforma Portuguesa das ONGD e suas Associadas, sendo basilares para a concretização do presente Contrato Programa e integrados nas atividades a desenvolver, nomeadamente no que se refere aos eixos de capacitação e *advocacy*, dada a necessidade de incrementar o conhecimento e capacidades das ONGD em temas como a igualdade de género ou o Triplo Nexo, assim como o combate às alterações climáticas, bem como de incremento do diálogo e articulação com decisores e entidades estatais no que diz respeito ao posicionamento da Plataforma e de Portugal sobre estes assuntos a nível nacional e nas instâncias internacionais em que Portugal participa, nomeadamente na UE e no CAD da OCDE.

De destacar ainda que a ECP pretende apostar no reforço da capacidade de intervenção da Cooperação Portuguesa e por isso prioriza uma medida para a *“valorização dos atores nacionais da Cooperação Portuguesa”* e o *“reconhecimento e reforço do papel de múltiplos intervenientes nas políticas de cooperação, integrando de forma mais estruturada atores públicos e também atores da sociedade civil e do setor privado”*. Considera-se que o Contrato Programa proposto permite a concretização destes objetivos, nomeadamente no que diz respeito às Organizações da Sociedade Civil, como as ONGD, em linha com a defesa da necessidade do seu envolvimento nos espaços de debate e construção de políticas públicas, através da aposta em atividades incluídas no eixo de *advocacy* e influência política no presente CP, e a importância do apoio do Estado, nas suas três dimensões de atuação. Ao mesmo tempo, coincide na abordagem preconizada na ECP, a qual vincula a sua vigência à promoção da *“atuação destas organizações enquanto parceiros estratégicos da implementação da política pública de cooperação e, por outro lado, no reconhecimento do direito de livre iniciativa e de reforço do espaço cívico, apoia-se a sua capacidade de atuação, contribuindo para a eficácia e sustentabilidade das intervenções”*.

A Estratégia defende ainda, no resultado previsto na medida 2.3.2, a necessidade de *“Aprofundar o envolvimento com as organizações da sociedade civil”*, vinculando-se com a importância da *“defesa do espaço cívico, para a atuação da sociedade civil organizada no contexto da democracia participativa, de respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como para a concretização da Agenda 2030.”*, considerando as organizações como *“parceiros estratégicos da implementação da política pública*

de cooperação”. Esta perspetiva é totalmente transversal ao Contrato Programa proposto e encontra-se na base das posições que a Plataforma tem assumido e que têm sido centrais (e continuarão a ser) no seu trabalho de *advocacy*.

Na Estratégia é ainda referido que Portugal encontra-se “*empenhado (...) para a implementação de uma visão global transformadora*”, algo que se considera coincidente com o objetivo do presente Contrato Programa, ao afirmar a importância de fortalecer o papel transformador da sociedade civil e ao priorizar a promoção da aprendizagem, reflexão e compreensão críticas dos desafios locais e globais pelas ONGD com vista ao desenvolvimento das suas capacidades de adequação, resposta, estruturação e resiliência.

A Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018 -2022

A Plataforma Portuguesa das ONGD tem realizado um trabalho concertado e em articulação, enquanto membro da Comissão de Acompanhamento da **Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022**⁴ (CAENED – estrutura responsável pela *coordenação, gestão e promoção das orientações estratégicas definidas na ENED*), com o Camões IP, Direção-Geral de Educação e Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral — CIDAC, em representação do GENE. A presente proposta de CP pretende aprofundar a participação das ONGD, representadas pela Plataforma, para o *debate e reflexão profundo* que a ENED valoriza e cuja abordagem incorpora. Como referido na própria ENED, *o Novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento «O Nosso Mundo, a Nossa Dignidade, o Nosso Futuro», (...) prevê que a UE e os seus Estados -Membros devam apoiar as Organizações da Sociedade Civil (OSC) enquanto «promotores, executantes e agentes da mudança no âmbito da sensibilização e da Educação para o Desenvolvimento»*. O Novo Consenso constata que a *«Educação para o Desenvolvimento e a sensibilização podem desempenhar um papel importante no aumento dos níveis de participação do público e na forma como se procuram atingir os ODS a nível nacional e mundial, contribuindo, assim, para a cidadania global»*. Neste sentido, é patente o reconhecimento que a ENED concede ao papel do diálogo e concertação neste âmbito, e reconhecido o envolvimento da Plataforma e das ONGD, tanto na planificação, como na implementação e na avaliação das últimas duas ENED, com o propósito de aprofundar o compromisso político assumido por entidades públicas e Organizações da Sociedade Civil (OSC) para a definição e implementação conjuntas de um quadro estratégico de atuação na área da ED, no sentido de reforçar o seu papel na sociedade.

Neste CP, propõe-se a continuação da participação e do trabalho conjunto da Plataforma com os restantes membros da CAENED, através de um trabalho interno a realizar no âmbito do Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global (EDCG), como tem sido prática, pela organização de iniciativas que convidam à reflexão, ao debate, à aprendizagem e ao reforço da relevância política da ED, como sejam ações de capacitação e reflexão, as Jornadas de ED ou o Fórum

⁴ <https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao2/resolened1822.pdf>

de ED, mas também o trabalho integrado com as outras Entidades Subscritoras do Plano de Ação da ENED (ESPA)⁵.

A Estratégia Operacional de Ação Humanitária e de Emergência

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2014, de 7 de março, que aprovou o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020, e a Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030, ainda sujeita a aprovação, determinam que a ação humanitária e de emergência corresponde a uma das três áreas de atuação da cooperação portuguesa para o desenvolvimento, na prossecução do seu objetivo fundamental. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2015, estabelece assim a **Estratégia Operacional de Ação Humanitária e de Emergência**⁶, descrevendo “(...) o contexto em que se coordena a atuação das entidades públicas portuguesas que intervêm nesta área, bem como os princípios e as boas práticas que regem a sua atividade, respeitando os compromissos internacionais assumidos. A Estratégia Operacional consagra a importância de “(...) uma maior coerência e coordenação entre os organismos e departamentos do Estado português, bem como a necessária articulação com as demais entidades e os demais atores da cooperação, nomeadamente as organizações da sociedade civil, tendo em vista uma maior eficiência na resposta às necessidades, em situações de catástrofe e de emergência humanitária, e o desejado reforço da credibilidade da intervenção externa portuguesa, com uma adequada utilização de recursos e o devido enquadramento internacional na prestação da assistência humanitária.” O documento reforça a importância da participação e da concertação com a sociedade civil e cria a *Unidade de Coordenação de Ação Humanitária e de Emergência*, com o objetivo de implementar a Estratégia Operacional. Neste âmbito, a Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030 propõe a consolidação da “(...) intervenção nacional ao nível da coordenação e coerência entre as diversas estruturas e entidades que intervêm na ação humanitária, através da plena implementação da EOAHE” e defende “(...) a necessidade de se avançar na integração das OSC nas estruturas de coordenação e planeamento em AHE que garanta uma participação efetiva dos intervenientes chave no domínio humanitário. Além disso, o apoio a ações da sociedade civil, quer no âmbito da emergência e resposta rápida, quer nos projetos de ação humanitária, manter-se-á como um vetor importante de atuação, continuando a previsibilidade dos apoios a conceder.” É, desta forma, perceptível a proposta de integração da sociedade civil na *Unidade de Coordenação de Ação Humanitária e de Emergência*, algo que se revela fundamental para incrementar a articulação e concertação com a sociedade civil e que o presente Contrato Programa permitirá operacionalizar e otimizar.

⁵ Mais informações sobre o Plano de Ação da ENED: https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/Plano_de_A%C3%A7%C3%A3o_da_ENED_2018-2022_-_Vers%C3%A3o_Final.pdf

⁶ [Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2015](#)

O Exame pelos Pares do CAD/OCDE

Em abril de 2022, o CAD/OCDE publicou o relatório resultante do exercício de **Exame Pelos Pares**⁷ realizado a Portugal em 2021, no qual é evidenciado o caminho que o país deve fazer para garantir a melhoria da qualidade e eficácia da sua cooperação para o desenvolvimento. Entre as recomendações resultantes do Exame pelos Pares da OCDE/CAD destaca-se a importância de “(...) *maximizar o contributo da sociedade civil no âmbito dos seus esforços de cooperação para o desenvolvimento, tanto na sede como nos países parceiros*”, sendo que o CAD/OCDE propõe ao governo português que disponibilize “(...) *financiamento mais flexível e a mais longo prazo e recorrer de forma mais sistemática e estratégica à experiência e conhecimentos da sociedade civil, tanto em Portugal como nos países parceiros (...)*”, devendo concretizar essa recomendação “*em discussão com os parceiros da sociedade civil*”, de modo a assegurar que “(...) *a programação, por parte das organizações da sociedade civil, responde às solicitações locais, apoiando, desta forma, uma maior apropriação local.*”

Adicionalmente, o Exame refere ainda que “*Portugal poderia fazer mais para explorar oportunidades de aprendizagem em todo o sistema. Portugal utiliza a monitorização e as avaliações para desenhar, ajustar e rever as suas intervenções e está a tirar cada vez mais partido dos conhecimentos de atores não-governamentais. (...)*”. No entanto, o Exame denota que “(...) *Portugal poderia criar mais oportunidades de diálogo estratégico com os diversos atores, incluindo com a sociedade civil.*”. O Contrato Programa constitui assim um instrumento que poderá potenciar um diálogo mais estratégico e criar oportunidades de maior articulação e trabalho conjunto entre os vários atores.

Contextualização dos Contratos Programa

O reconhecimento do setor das ONGD em Portugal foi marcado pelo estabelecimento do Protocolo mencionado anteriormente, o qual se materializou com a emergência do **primeiro Contrato Programa (CP)**, estabelecido entre o então IPAD e a PPONGD, em 2009. Este Contrato surgiu como forma de responder, por um lado, a necessidades de desenvolvimento do setor das ONGD, em termos do reforço das competências dos seus RH, das condições de sustentabilidade, ao desenvolvimento do seu papel de representação da sociedade civil e ao reforço de capacidades nas áreas técnicas de intervenção (AHE, ED, CD). Por outro lado, à necessidade de conceder uma maior visibilidade ao setor do Desenvolvimento e à promoção da política de Cooperação Portuguesa.

A definição do instrumento CP permitiu uma mudança estrutural de escala de intervenção da PPONGD e de incremento de ações que possibilitaram o fortalecimento e o reforço da Plataforma e do trabalho realizado em prol das ONGD Associadas. Na sequência da avaliação externa realizada ao primeiro CP (2009-2014), foi possível perceber que os principais resultados e impactos do instrumento foram reforço da PPONGD enquanto ator estratégico em quatro domínios: i) na capacitação das ONGD e dos seus RH; ii) na facilitação da participação das ONGD nos fóruns de conceção, implementação, monitorização e avaliação das políticas nacionais e internacionais para o

⁷ <https://www.oecd.org/dac/oecd-development-co-operation-peer-reviews-portugal-2022-550fb40e-en.htm>

Desenvolvimento; iii) no fortalecimento do papel de representação política do setor; iv) na disseminação de informação, conhecimento e sensibilização da sociedade civil portuguesa.

O **segundo CP (2014-2018)**, representou um alinhamento com o *Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020*, publicado em 2014, no qual é reafirmado que “*a política de cooperação para o desenvolvimento é um vetor chave da política externa portuguesa*”, tendo como objetivo central “*a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável dos países parceiros, num contexto de respeito pelos direitos humanos, pela democracia e pelo Estado de direito*”. Mantendo o enfoque geográfico nos PALOP e Timor-Leste, em áreas tradicionais de intervenção tais como a saúde, a capacitação institucional ou a proteção social, bem como em novas áreas estratégicas como o crescimento verde e a energia, o setor privado e o desenvolvimento rural e mar, o documento enfatiza a cooperação como estruturante para os interesses nacionais.

A Estratégia sublinha ainda o alinhamento com compromissos assumidos a nível internacional e com a prioridade de desenvolvimento de parcerias entre atores estatais e não-estatais, reconhecendo as ONGD como parceiros-chave. O entendimento de um setor (das ONGD) que se caracteriza por uma “*flexibilidade organizacional e competência técnica em diferentes domínios de desenvolvimento*” e a assunção do papel das ONGD como “*interlocutores privilegiados na reflexão e debate sobre as políticas públicas nesta área, com profundo conhecimento das dinâmicas locais, beneficiando do reconhecimento das entidades locais e internacionais*”, determina em larga medida o entendimento do papel do setor que é preconizado no CP. A estratégia nacional define, ainda, como prioritárias, as intervenções de aprofundamento do diálogo e da participação das ONGD, nomeadamente no Fórum da Cooperação; de manutenção das linhas de financiamento para apoio a projetos de Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para o Desenvolvimento da iniciativa das ONGD; da promoção de parcerias entre as ONGD e outros setores e do reforço da capacidade técnica e operacional das ONGD em temas considerados relevantes.

Para a articulação da intervenção da Plataforma das ONGD com as prioridades mencionadas, o segundo CP (2014-2018) apostou na continuidade do trabalho anteriormente desenvolvido, tendo-se centrado em três eixos de intervenção: 1) Capacitação de Recursos Humanos das ONGD, 2) Promoção e Valorização de Parcerias para o Desenvolvimento e 3) Comunicação, Informação e Sensibilização. Durante este período, foi também definido o *Plano Estratégico da Plataforma das ONGD (2014-2018)*, o qual fundamentou as principais opções apresentadas no CP.

O **terceiro CP (2018-2022)**, terminado em 31 de dezembro de 2022, foi também definido em alinhamento com o *Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020*, tendo proposto a centralidade da dimensão de *advocacy* da PPONGD, do reforço da sustentabilidade das ONGD Associadas e da promoção da comunicação sobre o setor do Desenvolvimento. O referido CP reconhece a importância de reforçar o papel do setor do Desenvolvimento, pelo que propõe um investimento em três áreas, designadamente: 1) fortalecer o impacto do trabalho desenvolvido pelas ONGD; 2) potenciar a atuação da Plataforma das ONGD como organização que representa as ONGD do setor, reforçando a sua dimensão de interlocutora deste setor a nível governamental em Portugal e junto de entidades internacionais; e 3) investir na informação de cidadãos e outros atores sobre

temáticas relevantes no setor. Assim, a intervenção do terceiro Contrato Programa agrupou-se em três eixos, nomeadamente: i) *advocacy* e influência política; ii) capacitação das ONGD; e iii) comunicação e informação sobre o setor do Desenvolvimento.

Este CP reconhecia já o surgimento de novos desafios, nomeadamente no quadro internacional, e especificamente no contexto europeu, que impunham a necessidade de um maior investimento nas Organizações da Sociedade Civil como atores cruciais no acompanhamento crítico e de participação nas discussões e políticas relevantes. Assim, definiu como objetivo geral “*fortalecer a importância e o papel do setor do Desenvolvimento em Portugal e a nível europeu, reforçando o reconhecimento das organizações da sociedade civil*”. Como objetivo específico, priorizou “*alargar o espaço e reforçar a intervenção das ONGD através do trabalho em rede, com vista a maior influência política, maior sustentabilidade organizacional e maior visibilidade do trabalho das ONGD*”.

A.2. PROBLEMAS A RESOLVER E RECURSOS A VALORIZAR

Durante o período de vigência do anterior Contrato Programa, ocorreram **alterações profundas no contexto internacional e em particular no setor do Desenvolvimento**, que se mantiveram e alargaram para a atualidade e cuja natureza é essencial considerar e analisar, na medida em que têm impacto direto no desenvolvimento sustentável a nível global e por essa razão no trabalho das ONGD e no papel que estas podem desempenhar no futuro.

Muitos dos desafios que enfrentamos globalmente são referidos pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, no sumário do relatório “Our Common Agenda – Report of the Secretary-General”:

“We are at an inflection point in history. In our biggest shared test since the Second World War, humanity faces a stark and urgent choice: a breakdown or a breakthrough. The coronavirus disease (COVID-19) is upending our world, threatening our health, destroying economies and livelihoods and deepening poverty and inequalities. Conflicts continue to rage and worsen. The disastrous effects of a changing climate – famine, floods, fires and extreme heat – threaten our very existence. For millions of people around the world, poverty, discrimination, violence and exclusion are denying them their rights to the basic necessities of life: health, safety, a vaccination against disease, clean water to drink, a plate of food or a seat in a classroom.

Increasingly, people are turning their backs on the values of trust and solidarity in one another – the very values we need to rebuild our world and secure a better, more sustainable future for our people and our planet. Humanity’s welfare – and indeed, humanity’s very future – depend on solidarity and working together as a global family to achieve common goals. For people, for the planet, for prosperity and for peace. Last year, on the occasion of the seventy-fifth anniversary of the United Nations, Member States agreed that our challenges are interconnected, across borders and all other divides. These

challenges can only be addressed by an equally interconnected response, through reinvigorated multilateralism (...).⁸

Atualmente, enfrentamos múltiplas crises globais, de natureza interdependente e complexa, que em muito incrementaram os problemas que devemos considerar no nosso dia-a-dia e para o futuro e aos quais devemos responder de forma adequada, para construir as melhores soluções possíveis. Às exigências crescentes importa responder, por um lado, através da definição e implementação de políticas públicas nacionais e a nível internacional, em especial no domínio da Cooperação para o Desenvolvimento, que contribuam para a construção de um mundo justo, solidário, equitativo e sustentável, com vista ao bem comum e à dignidade humana. Por outro lado, urge agir coletivamente, ao nível das intervenções de instituições e organizações de todos os setores, mas também através de uma ação individual consentânea com os desafios e riscos existentes.

Num momento como este, em que mais são necessárias respostas interconectadas, globais e solidárias, verifica-se adicionalmente, com defende o Secretário-Geral das Nações Unidas, uma **crise de confiança e de solidariedade** que coloca em causa a possibilidade de os países e as pessoas agirem conjuntamente, como uma “*família global*”, para atingir os objetivos comuns. O futuro testará o nosso compromisso coletivo e a nossa determinação na capacidade de galvanizar e construir confiança dentro e entre as comunidades para enfrentar a multiplicidade de desafios que exigem um trabalho conjunto. Estes desenvolvimentos terão sérias implicações não apenas para a liberdade cívica, mas também para a democracia e a sociedade em geral, pelo que neste contexto, a Sociedade Civil globalmente (e em particular as Organizações da Sociedade Civil⁹) desempenha um papel crucial para garantir que a transformação acontece e que se constrói um mundo justo, solidário, equitativo e sustentável, com vista ao bem comum e à dignidade humana.

O aumento das desigualdades globalmente e a importância da Igualdade de Género

Vivemos hoje num mundo profundamente desigual, em que a pobreza tem vindo a aumentar. Segundo um [recente relatório da Oxfam](#), estima-se que, em 2022, mais de 263 milhões de pessoas sejam empurradas para a pobreza extrema devido ao impacto da pandemia Covid-19, das desigualdades e da inflação de preços de alimentos e energia – acelerada pela guerra na Ucrânia.

Nas últimas décadas, a redução da pobreza extrema tem contrastado com um aumento das desigualdades entre e dentro dos países. A nível global, e apesar do abrandamento económico mundial, das guerras comerciais e das tensões geopolíticas, verifica-se uma crescente concentração da riqueza no

⁸ António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas, “Our Common Agenda – Report of the Secretary-General”, Nações Unidas, Nova Iorque 2021.

⁹ Segundo a [European Parliament resolution of 8 March 2022 on the shrinking space for civil society in Europe \(2021/2103\(INI\)\)](#), no quadro da UE, Organizações da Sociedade Civil são organizações sem fins lucrativos independentes de instituições públicas e interesses comerciais, cujas atividades contribuam para a realização dos valores da UE estabelecidos no artigo 2.º do TUE e dos direitos fundamentais. As OSC podem assumir várias formas, como associações e fundações. Defensores dos direitos humanos, ativistas e grupos informais também são atores-chave na sociedade civil.

1% mais rico da população mundial, e um aumento do nível de riqueza e número de milionários (em 2019, o aumento foi de 9%)¹⁰. Estes são sintomas claros da “pandemia da desigualdade” e da necessidade de a combater, como defendeu o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, numa comunicação realizada por ocasião da comemoração do Dia Internacional Nelson Mandela, a 17 de julho de 2020. Combater as desigualdades implica um reconhecimento da natureza multidimensional e interseccional do problema, assim como a orientação, disponibilização de ferramentas e formação dos recursos humanos.

Uma das desigualdades mais significativas e que importa ter em conta, relaciona-se com a desigualdade de género. No impacto das alterações climáticas, na distribuição dos recursos, na luta contra a violência, no acesso à educação, à saúde, ou à participação política e cívica, as mulheres e raparigas continuam a enfrentar desafios acrescidos, e continuam, tantas vezes, a ser excluídas da solução, quando são parte integrante da mesma. É cada vez mais evidente a importância da inclusão mais sistemática de uma perspetiva de género em todos os temas e problemáticas, com vista à transformação das normas sociais e estruturas de poder, em prol de um mundo justo para todos e todas.

Segundo Julieta González, Consultora Sénior de *Advocacy* para a UE na CARE International¹¹, *“mulheres e raparigas continuam a ver os seus direitos violados diariamente e continuam a ser afetadas por decisões que têm um impacto direto nas suas vidas sem serem incluídas na tomada de decisões. Além disso, quando ocorrem crises ou os efeitos das alterações climáticas são sentidos, as mulheres e raparigas são as mais duramente atingidas e enfrentam riscos acrescidos de várias formas de violência baseada no género (VBG), incluindo violência doméstica, práticas nefastas como o casamento precoce e forçado, bem como violência sexual, exploração e abuso. (...)”*. Além disso, *“quando a comida é escassa, as mulheres e as raparigas comem por último, e menos ainda. É mais provável que falem à escola ou abandonem a escolaridade e são muitas vezes as primeiras a perder os seus empregos e os seus meios de subsistência. Assumem ainda mais responsabilidades como prestadoras de cuidados à sua própria família e a outros”*.

Ao mesmo tempo, as mulheres e raparigas continuam a mobilizar-se e a lutar pelos seus direitos e para promover mudanças para transformar as normas sociais subjacentes e as relações de poder que perpetuam as desigualdades de género, bem como para abrir mais espaços para fazerem ouvir a sua voz, tanto na esfera privada como pública.

As Nações Unidas reconheceram o papel central assumido pelo avanço da igualdade de género e o empoderamento das mulheres e raparigas em assegurar e fazer progressos efetivos em todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), até 2030. A igualdade de género é reconhecida como um direito humano e um fim em si mesmo, bem como um meio para alcançar todos os outros ODS, pelo que adicionalmente ao ODS 5, foram integradas várias das suas dimensões em todos os restantes ODS.

¹⁰ Vide O combate às desigualdades na ação externa da UE: <https://www.plataformaongd.pt/noticias/o-combate-as-desigualdades-na-acao-externa-da-ue>

¹¹ Vide artigo escrito para a Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD sobre “Igualdade de Género e Desenvolvimento”: <https://www.plataformaongd.pt/noticias/revista-da-plataforma-alcancar-a-igualdade-de-genero-no-mundo-o-papel-das-politicas-de-cooperacao>

Importa assim que a devida prioridade seja concedida na realização da Igualdade de Género, e a sociedade civil e as ONGD têm um papel fundamental a desempenhar nesta área.

A emergência climática, o aumento da instabilidade e dos conflitos armados e de crises humanitárias

Prevê-se que as perdas e os danos provocados pela crise ecológica aumentem significativamente nas próximas décadas, em virtude da falta de ação determinada dos países, especialmente os que para tal mais contribuem, para enfrentar as consequências do aumento da temperatura global.

A meta aprovada no Acordo de Paris sobre Alterações Climáticas, que visa limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais, está muito longe de ser cumprida e são evidentes os sinais de contínua e galopante deterioração das condições ambientais, com o aumento exponencial de fenómenos naturais extremos, que evidenciam com clareza que se encontra em curso uma catástrofe climática e que a ambição e a ação necessárias para a contrariar não correspondem às medidas que têm sido tomadas. A COP27, realizada no Egito em final de 2022, tornou evidente a atenção que deve ser dada à adaptação dos países em desenvolvimento às alterações climáticas, ao financiamento climático e à procura de soluções para aumentar o apoio das economias desenvolvidas aos países mais ameaçados pelas alterações climáticas e que enfrentam perdas irreparáveis, incluindo pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

No quadro do desenvolvimento sustentável global, é fundamental compreender as dinâmicas das alterações climáticas extremas e os seus impactos a longo prazo no aumento da fragilidade social, ou seja, das vulnerabilidades das sociedades e o risco de acontecimentos em cascata que possam potenciar outros riscos sistémicos, como as guerras.

A proliferação crescente de conflitos armados que põe em causa a paz e a estabilidade, poderá ser reforçada pelos efeitos colaterais das alterações climáticas, como as crises financeiras e as novas epidemias, desencadeando mais crises humanitárias, como deslocamentos e migração forçada de milhões de pessoas em todo o mundo. Num momento em que as expectativas revelam que cerca de 274 milhões de pessoas precisem de ajuda humanitária durante 2022, um aumento de quase 20% em relação aos números recordes de 2021, a tendência do aumento exponencial de deslocamento forçado e de migrações à escala global poderá ter ainda um efeito mais severo nas várias crises em curso. Importa por isso garantir uma abordagem interseccional dos problemas e suas causas e investir em intervenções holísticas e integradas para garantir o bem comum e as condições para uma recuperação justa, sustentável e equitativa para todos e todas.

A erosão da democracia e as restrições ao espaço cívico e à ação da Sociedade Civil no plano internacional

Atualmente, a democracia encontra-se numa situação de crise profunda. O *International IDEA's Global State of Democracy Initiative* produziu o relatório *Global State of Democracy 2021*¹² que procede a uma análise da situação a nível mundial. Segundo o relatório, o autoritarismo encontra-se em aprofundamento em regimes não democráticos (regimes híbridos e autoritários), tendo o ano de 2020 sido o pior já registado, em termos do número de países afetados pelo aprofundamento da autocracia. Em 2020, o número de países que se moveu numa direção autoritária superou aqueles que seguem uma direção democrática. A pandemia prolongou essa tendência negativa existente para um período de cinco anos, o período mais longo desde o início da terceira onda de democratização na década de 1970. A pandemia teve um efeito particularmente prejudicial nos países não democráticos, fechando ainda mais o espaço cívico já de si reduzido.

Governos democraticamente eleitos, incluindo democracias estabelecidas, encontram-se a adotar cada vez mais táticas autoritárias. Este retrocesso democrático tem muitas vezes desfrutado de um apoio popular significativo, sendo alguns dos exemplos mais preocupantes de retrocesso encontrados em alguns dos países mais populosos do mundo.

A integridade eleitoral é cada vez mais questionada, mesmo em democracias estabelecidas e, ao longo de 2020 e 2021, os movimentos pró-democracia enfrentaram forte repressão em muitos países. Movimentos sociais para enfrentar as alterações climáticas e combater as desigualdades raciais surgiram globalmente e continuam a fazer ouvir as suas vozes, apesar das restrições da pandemia. Mais de 80% dos países sofreram protestos durante a pandemia, apesar das restrições em quase todos os países do mundo.

Segundo o relatório da IDEA, importa que as instituições governamentais, em estreita consulta com a sociedade civil, assumam a liderança na reformulação dos contratos sociais. Esses contratos devem ser o resultado de uma deliberação social inclusiva que esclareça as lacunas entre o que as pessoas precisam para cumprir suas aspirações e o que os governos podem fornecer atualmente. Especificamente, esses novos contratos sociais, que serão a base para a recuperação imediata e esforços de desenvolvimento de longo prazo, devem, segundo a IDEA, abordar as variadas desigualdades exacerbadas pela pandemia de Covid-19, priorizar a erradicação da corrupção e garantir que os princípios de sustentabilidade ambiental são integrados no desenvolvimento de políticas.

Instituições governamentais, partidos políticos, órgãos de gestão eleitoral e meios de comunicação devem reformar as instituições, processos, relacionamentos e comportamentos democráticos para poderem lidar melhor com os desafios que se colocam nesta área. Estas instituições devem atualizar as práticas correntes em democracias estabelecidas, construir capacidade democrática em novas democracias e proteger a integridade eleitoral, liberdades e direitos fundamentais e *checks and balances* essenciais para garantir sistemas democráticos prósperos e resilientes. Devem também priorizar a (re)construção da confiança mútua entre os/as cidadãos/ãs e seus/uas representantes, o que permitirá

¹² Institute for Democracy and Electoral Assistance, The Global State of Democracy 2021, 22nd November 2021: <https://www.idea.int/publications/catalogue/global-state-democracy-2021>

fortalecer as democracias. Assim, as instituições governamentais, juntamente com a sociedade civil e os media, devem impedir o aumento do autoritarismo e o retrocesso democrático, investindo na educação para a democracia em todos os níveis de ensino, reforçando os pilares da democracia que garantem a responsabilização, incluindo ampla participação e acesso à informação, e aprendendo com as experiências de outros países no combate à desinformação, na construção de culturas democráticas e no fortalecimento das barreiras democráticas.

Num mundo cada vez mais polarizado e afetado por crises ambientais, sociais e políticas, em que os extremismos ganham cada vez mais espaço, ameaçando a paz e a prosperidade das nossas sociedades, importa destacar e enaltecer o papel que a Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global tem para tornar realidade a visão de um mundo justo e sustentável, com dignidade e justiça social para todas as pessoas em todo o lado. A Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global é um processo de aprendizagem e transformação através da ação individual e/ou colaborativa orientada para a justiça social e o bem comum. Ao promover a sensibilização e a tomada de consciência por parte das pessoas, assente numa interpretação crítica da realidade, permite compreender as causas das desigualdades onde quer que elas existam e incentivar à ação.

Embora seja evidente a importância de uma sociedade civil forte e envolvida para garantir o aprofundamento da democracia e impedir o recrudescimento da autocracia, o **cenário internacional atual relativo ao espaço cívico**¹³ e à **ação da Sociedade Civil** é preocupante, verificando-se um aumento exponencial de restrições nos últimos anos, à escala global, em que o *“ambiente favorável à atuação das organizações tem vindo a diminuir drasticamente, com relatos de violações sistemáticas aos direitos e liberdades de expressão, de associação e de reunião, bem como à diminuição dos canais de diálogo com entidades públicas e de acesso a financiamento nacional e internacional”*¹⁴.

Uma tendência que revelou os primeiros sinais em alguns países nos anos de 2004-2005, segundo um estudo realizado em 2017 pela Direção-geral para Políticas Externas da UE, mas não obteve muita atenção por se considerar que poderia estar limitada a poucos estados nos quais havia um ressurgimento de regimes autoritários¹⁵. Por esta razão, verificou-se uma demora significativa no surgimento de alusões à questão das restrições à Sociedade Civil e no seu reconhecimento como uma tendência estrutural de profunda importância e que se tornava crescentemente evidente um pouco por todo o mundo, desde países com autocracias muito repressivas a países com democracias completamente sedimentadas. Atualmente, esta tendência tem sido verificada mesmo em vários países europeus, sendo visível um aceleração sério e sem precedentes do fenómeno em anos recentes e com probabilidade para continuar no futuro.

¹³ Segundo a *European Parliament resolution of 8 March 2022 on the shrinking space for civil society in Europe (2021/2103(INI))* - https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2022-0056_EN.html, *espaço cívico* refere-se à estrutura legal e política na qual pessoas e grupos podem participar significativamente da vida política, económica, social e cultural de suas sociedades, exercendo o direito de expressar opiniões, o direito à informação e o direito de reunir, associar e envolver-se em diálogo uns com os outros e com as autoridades.

¹⁴ Directorate-general for external policies Policy department, *Shrinking space for civil society: the EU response*, 2017 - [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2017/578039/EXPO_STU\(2017\)578039_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2017/578039/EXPO_STU(2017)578039_EN.pdf)

¹⁵ *Idem*, p.13.

Segundo este estudo, o *International Centre for Not-for-Profit Law* registou a adoção de 120 leis restritivas em 60 países, entre 2012 e 2015, 1/3 das quais em termos de financiamento internacional; metade nos quadros legais de atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSC) e 20% diretamente contra a liberdade de reunião. Os regimes políticos têm utilizado várias táticas para limitar a ação das OSC, desde restrições na aprovação de procedimentos de licenciamento de organizações; à associação do estigma de “entidade estrangeira” às OSC nacionais; à limitação nas quantias que as OSC podem receber de doadores, nomeadamente pelo condicionamento do acesso aos fundos através de intermediação por parte de entidades controladas pelos governos, até mesmo colocando às OSC requisitos onerosos a nível administrativo.

Em 2023, a CIVICUS, no seu *State of Civil Society Report 2023*¹⁶, evidencia as tendências da ação da sociedade civil a vários níveis - desde as lutas pela democracia, inclusão e justiça climática até às exigências de reforma da governança global. O relatório destaca o papel fundamental da Sociedade Civil em contextos afetados por conflitos e crises humanitárias, prestando serviços essenciais, ajudando e defendendo as vítimas, e monitorizando os ataques aos direitos humanos, mas os Estados afetados por conflitos e crises muitas vezes veem a sociedade civil como uma fonte de contra-poder e contra-narrativas e um competidor por recursos, e por isso encetam esforços no sentido de a reprimir. A organização apela por isso à comunidade internacional que se comprometa em reconhecer, respeitar e apoiar o papel da sociedade civil em cenários de crise e conflito.

A CIVICUS refere ainda que a guerra da Rússia contra a Ucrânia tornou-se um fator-chave de uma crise global do custo de vida, o que desencadeou uma onda maciça de protestos na maior parte do mundo. A exigências dos manifestantes incluem melhores redes de segurança social e melhores serviços públicos, e sistemas de tributação mais progressivos. O relatório evidencia que muitos Estados, relutantes ou incapazes de admitir as exigências mais profundas dos protestos, por justiça económica, democracia ou ação ambiental, têm respondido com violência, defendendo que se deve apostar na proteção da liberdade de reunião pacífica, desenvolvendo ações preventivas, defendendo reformas na aplicação da lei e assegurando que os perpetradores de violência contra manifestantes sejam responsabilizados.

Como em relatórios anteriores, é dado destaque à crise que a democracia enfrenta com sérios retrocessos em todo o mundo. O autoritarismo e o populismo continuam a ser correntes poderosas que se unem numa “abordagem política melhor descrita como autoritarismo popular, na qual os políticos respondem às exigências do povo por mudanças para ganhar eleições e continuar a dismantelar as instituições democráticas, restringir o espaço cívico e violar direitos”.

A CIVICUS reconhece ainda uma tendência crescente de adaptação e reinvenção da Sociedade Civil a um mundo em constante mudança. Num contexto das pressões sobre o espaço cívico e dos enormes desafios globais, a sociedade civil está a crescer, a diversificar-se e a ampliar o seu repertório de táticas. Grande parte da energia radical da sociedade civil de hoje vem de fora do universo das ONG, de movimentos muitas vezes formados e liderados por mulheres, jovens e indígenas, que precisam de ser

¹⁶ Civicus, 2023 *State of Civil Society Report* - <https://www.civicus.org/index.php/state-of-civil-society-report-2023>

apoiados e alimentados. Ao aproveitar os seus pontos fortes, como a diversidade, a adaptabilidade e criatividade, a sociedade civil continua a evoluir.

Apesar do momento repleto de desafios, o relatório da Civicus encontra esperança nas múltiplas formas de ação da sociedade civil, que continua a trabalhar por mudança em todo o mundo.

O *International Center for Not-For-Profit Law*¹⁷ identificou várias tendências com potencial impacto no papel e trabalho da Sociedade Civil e que importa ter em consideração:

1. Tecnologia digital emergente
2. Alterações climáticas e governança de recursos
3. Futuro da democracia e governança
4. Futuro da sociedade civil e filantropia

No que se refere à **tecnologia digital**, esta área apresenta desafios e oportunidades para o espaço cívico. A acessibilidade à Internet é muito benéfica para o funcionamento do espaço cívico, mas metade do mundo não está conectado. Aqueles que estão conectados podem estar sujeitos a bloqueios de conteúdo ou da Internet por governos que procuram restringir a dissidência e resistir à responsabilidade. As plataformas de redes sociais oferecem conectividade além-fronteiras, mas também permitem a interferência estrangeira nas eleições e o assédio de atores cívicos. Embora alguma forma de regulação seja necessária, a forma que ela assume e a sua real intenção poderá ter sérias implicações para a liberdade cívica.

Sem supervisão democrática, o acesso aos dados pode permitir um desvio em direção ao autoritarismo digital. As salvaguardas dos direitos humanos precisam fazer parte do *design* dos algoritmos digitais. Caso contrário, estes podem reforçar o preconceito, impactando negativamente campos como o da justiça criminal, e permitir o policiamento de reuniões e da liberdade de expressão.

Num clima de crescente desconfiança pública sobre informações e factos, o surgimento de “*deepfakes*” (imagens ou vídeos que são alterados, tornando-os realistas e difíceis de detetar) pode corromper ainda mais a confiança na governança democrática, nas eleições, e no discurso político.

Embora as tendências sejam profundamente preocupantes, o *International Center for Not-For-Profit Law* refere que há evidências de que muitos atores no setor de tecnologia partilham das preocupações e valores da sociedade civil e pretendem impulsionar a reforma dentro das suas empresas. **Alianças entre atores da tecnologia e a sociedade civil podem oferecer um dos caminhos mais promissores para salvaguardar as liberdades cívicas na era digital.**

Relativamente às **alterações climáticas**, existe um consenso científico de que o mundo precisa mudar para uma economia de baixo carbono nos próximos 12 anos, para conter as implicações mais catastróficas. No entanto, muitos governos encaram esta realidade como um problema que precisará

¹⁷ *Civic Space 2040: Bellagio Outcome Report*, International Center for Not-For-Profit Law, March 2020: <https://www.icnl.org/wp-content/uploads/CS2040-08.2019-Outcome-Report-vf.pdf>

ser “gerido” ao invés de ser resolvido. De acordo com o Relator Especial da ONU sobre Pobreza Extrema, as alterações climáticas “*ameaçam desfazer os últimos cinquenta anos de progresso no desenvolvimento, saúde global e redução da pobreza*”. O Banco Mundial estima que, sem ação imediata, as alterações climáticas podem conduzir mais 120 milhões de pessoas à pobreza até 2030. Os impactos serão mais graves nos países mais pobres da Ásia e da África.

Um número crescente de estados e instituições encara as alterações climáticas como um “*multiplicador de ameaças*” que alimentará tensões em estados já frágeis e países em desenvolvimento. Enfrentar efetivamente as alterações climáticas exigirá que os líderes políticos assegurem o consentimento para mudanças económicas e sociais drásticas.

Os atores cívicos têm um papel crítico a desempenhar nesse processo, pressionando os governos a agir, moldando soluções políticas, consciencializando o público, acompanhando o progresso das emissões de carbono e apoiando as sociedades a lidar com a transição para um futuro diferente. Se os governos não conseguirem impor reformas verdes fortes, é provável que os protestos se espalhem globalmente. Neste âmbito, **os manifestantes jovens provavelmente serão a vanguarda dos protestos climáticos no futuro**, prevendo-se o aumento de movimentos de protesto nos países mais afetados pelas alterações climáticas, simultaneamente com movimentos daqueles que se opõem a projetos de energias renováveis.

No que respeita ao ponto três, apesar das sérias preocupações sobre o ***retrocesso democrático a nível global***, as evidências indicam que a tendência é mais complexa. Deslizamentos democráticos significativos ocorreram nas chamadas “democracias consolidadas”. No entanto, segundo o *International Center for Not-For-Profit Law* também se verificou um progresso positivo em vários outros países e uma tendência global de elevado nível de apoio à democracia. Movimentos de protesto progressistas liderados por cidadãos/ãs mostram um apetite contínuo por melhor governança. A questão das alterações climáticas também pode criar aberturas para o envolvimento cívico em contextos repressivos. Por outro lado, os motivos para otimismo podem ser limitados. A democracia foi construída com base em cem anos de rápida expansão económica, que será difícil de replicar numa era de crescimento de 1-2% no Norte Global. A tecnologia está a entrar numa fase qualitativamente diferente – onde atores mal-intencionados podem aproveitar inovações em inteligência artificial para fins autoritários. **Os impactos do clima – choques económicos, migração forçada, crise e conflito – adicionarão pressões sem precedentes sobre os estados em todo o mundo e podem levar a um declínio na democracia.**

Também a ***degradação do ambiente favorável à Sociedade Civil*** é parte de uma tendência de generalização de autoritarismos políticos a nível mundial que se posicionam abertamente contra a democracia, com os governos a sentirem menor necessidade de agir de forma encoberta ou de encontrar justificações para defesa de posições restritivas relativamente às OSC. Pelo contrário, as OSC são atualmente confrontadas com a necessidade de justificarem a sua importância e de receberem apoios externos. Muitos defensores do espaço cívico encontram-se constrangidos pelo aumento avassalador de restrições, nomeadamente pela aprovação de leis que restringem a liberdade de associação, de protesto, e de expressão, bem como pela deslegitimação através de campanhas negativas e ações de vigilância e, em alguns casos, por recurso à violência contra ativistas. Para ultrapassar estas dificuldades, o

International Center for Not-For-Profit Law lançou a iniciativa *Espaço Cívico 2040*, para refletir sobre novas ideias de ação nesta área. As conclusões da iniciativa apontam para a necessidade de as Organizações da Sociedade Civil¹⁸:

- i) participarem da Governança da Tecnologia, de desempenhar um papel na formação do futuro das tecnologias digitais, incluindo o estabelecimento de padrões para inteligência artificial (IA), regulação da vigilância e a responsabilidade das empresas de tecnologia;
- ii) envolverem-se com os movimentos climáticos e juvenis, uma vez que a emergência das alterações climáticas será uma fonte de mobilização. A política e o ativismo sobre as mudanças climáticas são centrais para o espaço cívico, e os movimentos juvenis estão no centro desse ativismo;
- iii) renovarem o compromisso com a Democracia e a Boa Governança, uma vez que devido às grandes mudanças na geopolítica – o aumento do autoritarismo, o aumento do populismo e o declínio do multilateralismo – é uma prioridade proteger o espaço cívico, apoiar os defensores do espaço cívico e galvanizar o apoio público ao espaço cívico;
- iv) garantirem o aumento da sua eficiência e a sua resiliência para restaurar a confiança na sociedade civil e fortalecer sua resiliência será primordial. Estratégias para combater a desinformação e soluções digitais para catalisar a colaboração são etapas críticas para atingir esses objetivos.

O que as tendências atuais demonstram é que têm que ser construídas respostas eficazes para elaborar uma nova narrativa sobre os méritos e direitos da sociedade civil, pelo que ***o sucesso da ação da sociedade civil nos próximos anos dependerá também da sua capacidade de contar histórias persuasivas para um público voltado para o entretenimento e já sobrecarregado de informações. O seu desafio será misturar argumentos racionais com emoção e canalizar a raiva para a ação cívica.***

É por isso fundamental promover um espaço cívico vibrante como pré-condição para as pessoas moldarem o futuro e promoverem a democracia, a igualdade, a proteção ambiental e os direitos humanos nas próximas décadas. Perante este cenário, **urge apoiar as organizações da sociedade civil no sentido de incrementar as suas capacidades de reflexão para compreenderem o contexto em que operam e para responderem às necessidades que encontram, adaptando-se, reestruturando-se, tornando-se resilientes, perante as dificuldades e para poderem assumir as prioridades decorrentes da complexidade do mundo atual.**

Também neste sentido, mas **especificamente para o contexto europeu**, o Parlamento Europeu (PE) elaborou um relatório e propôs uma resolução em março de 2022 sobre as restrições ao espaço cívico na Europa¹⁹, em que reconhece que a liberdade de pensamento e a liberdade de expressão, incluindo no espaço *online*, são a pedra angular de qualquer sociedade livre e democrática e que o ativismo cívico é o tecido de uma democracia verdadeiramente funcional, onde os direitos das minorias são salvaguardados

¹⁸ *Idem*, p. 15.

¹⁹ *European Parliament resolution of 8 March 2022 on the shrinking space for civil society in Europe (2021/2103(INI))* - https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2022-0056_EN.html

e respeitados. Reconhece ainda que a liberdade de associação é uma das bases essenciais de uma sociedade democrática e pluralista, pois permite aos cidadãos agir coletivamente em domínios de interesse mútuo e contribuir para o bom funcionamento da vida pública. Defende assim que as OSC tenham o direito de participar em questões de debate político e público, independentemente de a posição assumida estar de acordo com a política governamental ou defesa de uma alteração da lei. Relativamente ao funcionamento das organizações, refere que a capacidade de procurar, garantir e utilizar recursos é essencial para o funcionamento de qualquer associação, sendo claro que muitas OSC lutam para sobreviver e têm problemas de financiamento, o que pode prejudicar seriamente a sua eficácia e a sua capacidade de cumprir o seu mandato.

O Parlamento Europeu evidencia ainda que, em alguns Estados-Membros, as restrições foram impostas com o objetivo deliberado de limitar o espaço cívico e são acompanhadas de assédio jurídico, administrativo e fiscal, criminalização e retórica negativa destinada a estigmatizar e deslegitimar as OSC e esgotar a sua capacidade de realizar o seu trabalho legítimo.

O relatório menciona ainda que a emergência de organizações não governamentais criadas por governos, destinadas a apoiar sempre os que estão no poder e o governo nos debates públicos e nos seus objetivos políticos, constitui uma das formas mais graves de ataque às OSC, pondo em risco a sua existência ao minar a cidadania ativa e privando-as de financiamento público. Um dos aspetos mais preocupantes nesta análise do PE, é a evidência de que, de forma generalizada, a participação das OSC no desenvolvimento de leis e políticas não se encontra ainda totalmente facilitada por quadros políticos que lhes permitam dialogar com as autoridades públicas, verificando-se que, embora tenham sido feitos progressos tanto a nível nacional como da UE, o diálogo cívico continua muitas vezes a ser um processo *ad hoc*.

A Resolução de março de 2022 reafirma assim o papel crucial desempenhado pelas OSC e o seu contributo fundamental para o debate público informado, articulando aspirações presentes na sociedade, dando voz às pessoas vulneráveis e marginalizadas, garantindo o acesso a serviços essenciais, fornecendo competências na formulação de políticas, promovendo a cidadania ativa, atuando como escolas de democracia e sendo indispensáveis como *watchdog*, no exercício de controle democrático sobre as instituições estatais e para garantir a responsabilidade pela ação pública e uso de fundos públicos. Salienta também que, para que as OSC prosperem, o espaço cívico deve ser um ambiente propício e seguro, livre de interferências indevidas, intimidação, assédio e efeitos de intimidação por parte de intervenientes estatais e não estatais.

O PE alerta para a degradação do espaço cívico em toda a UE com políticas que dificultam as operações das OSC, o seu acesso a financiamento sustentável e a sua capacidade de participar na tomada de decisões, pelo que **propõe que os Estados-Membros cumpram a sua obrigação de garantir um ambiente propício para as OSC, incluindo o acesso a mecanismos de financiamento transparentes e mecanismos de diálogo civil, em conformidade com as normas internacionais de direitos humanos sobre liberdade de associação, expressão e reunião.** A Resolução defende ainda que a União deve empenhar-se na preservação e na promoção do espaço cívico a nível local, regional, nacional e europeu para incrementar o debate público e, conseqüentemente, os próprios fundamentos da democracia.

Para ultrapassar os desafios analisados, a Resolução do PE propõe a criação de um «*índice de espaço cívico europeu*», com base nos quadros existentes para medir o espaço cívico e dedicar ao espaço cívico um capítulo completo que inclua recomendações por país no relatório anual da UE sobre o Estado de Direito. Adicionalmente, insta a Comissão Europeia a adotar uma *estratégia global da sociedade civil* para a proteção e desenvolvimento do espaço cívico na União que integre todos os instrumentos existentes, preencha as lacunas de monitorização, apoio e proteção e dê um verdadeiro reconhecimento político ao papel crucial desempenhado pelas OSC na realização de valores e políticas democráticas. Esta estratégia deverá considerar várias medidas: i) Um ambiente regulatório e político favorável livre de ameaças e ataques; ii) Acesso sustentável e não discriminatório aos recursos; iii) Diálogo cívico e participação na formulação de políticas.

A estagnação da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e a crise do financiamento para o desenvolvimento

As questões do financiamento para o desenvolvimento são, e sempre serão, um elemento central nas discussões sobre a construção de soluções que deem resposta aos desafios globais. Assiste-se a nível internacional a um aumento da pressão sobre o sistema de Ajuda Humanitária e de Ajuda ao Desenvolvimento, com um cenário de divisão e de dificuldade de resposta às várias crises humanitárias atuais e na área do Desenvolvimento. Multiplicam-se os apelos por mais e melhor financiamento para o desenvolvimento, ao mesmo tempo que se intensifica o debate sobre quais os instrumentos e modalidades mais eficazes para enfrentar os desafios que se nos colocam, e se apela à mobilização dos países para uma ação concertada e mais solidária para atender às necessidades.

Na UE, a **tendência nas políticas de Desenvolvimento** nos últimos anos aponta para uma ênfase crescente em objetivos internos e nacionais dos seus Estados-membros, como controlo das migrações, redução das ameaças de segurança e promoção da expansão comercial dos países europeus. Esta tendência contraria os objetivos definidos em termos de Desenvolvimento internacional, nomeadamente no Novo Consenso Europeu para o Desenvolvimento (2017), e compromete os princípios de Eficácia da Ajuda e os compromissos internacionais assumidos pela UE. Mais do que nunca, é necessária uma liderança global para o cumprimento dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável acordados internacionalmente, sendo central o papel da APD.

Com a aprovação da Agenda 2030 houve um reconhecimento internacional de que os montantes habituais dos fundos públicos canalizados através dos mecanismos tradicionais, como a APD, não seriam suficientes para financiar as necessidades identificadas. A importância de encontrar novos modelos de mobilização de fundos veio, por isso, acrescentar complexidade ao panorama da arquitetura global do financiamento para o desenvolvimento.

Na temática do financiamento para o desenvolvimento é essencial assegurar que as respostas encontradas são orientadas por princípios como a solidariedade internacional e direcionadas para a erradicação da pobreza a nível global e para a luta contra as desigualdades que se têm vindo a acentuar. No entanto, o aumento das crises e desafios globais não foi acompanhado pela priorização da solidariedade internacional e do papel e incremento da APD. Agora, quando o mundo necessita de

parcerias mais fortes para enfrentar os desafios globais, muitos governos mais ricos centram-se em questões internas, priorizando as necessidades imediatas de saúde e económicas dos seus próprios cidadãos em vez de ajudar os países mais pobres.

A [CONCORD Europe](#) reporta no seu Relatório *Aid Watch 2022*²⁰ que 1€ em cada 6€ dos orçamentos de APD da UE e dos Estados-Membros não chegou às pessoas que mais precisam, sendo que a APD também foi mais propensa a não chegar onde é mais necessária. Em 2021, a APD da UE foi apenas 0,48% do seu RNB – um ligeiro declínio em termos relativos face aos 0,50% registados em 2020, sendo que a APD inflacionada – ou APD que não contribui diretamente para o desenvolvimento sustentável nos países parceiros – aumentou para 11,8 mil milhões de euros, invertendo uma tendência decrescente de quatro anos. Esta APD inflacionada deveu-se ao reporte, por parte dos países doadores de doses excedentárias vacinas Covid-19 como APD, dada a ausência de orientação clara do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE.

Além disso, a nível internacional, os atuais padrões de reporte de APD correm o risco de inflacionar ainda mais o que é entendido como ajuda. Por exemplo, os países doadores encontram-se a redirecionar fundos essenciais para responder ao fluxo de pessoas refugiadas provocado pela invasão russa da Ucrânia. Embora seja fundamental e urgente garantir os direitos e as necessidades das pessoas refugiadas, os fundos destinados para esse efeito devem ser novos e adicionais, não comprometendo o destino primeiro da APD. Reportar custos com pessoas refugiadas nos países doadores (*in-donor refugee costs*) como APD inflaciona de forma artificial os números da mesma, sem que esse dinheiro seja realmente gasto nos países parceiros. Apesar de estar ser a Década de Ação para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os Países Menos Avançados (PMA) continuam a suportar o peso das crises, enquanto os países doadores continuam a não cumprir a meta de dedicar entre 0,15 e 0,20% do RNB da APD para os PMA. Apenas 0,12% do RNB dos Estados-Membros da UE foi para os PMA e apenas 3 dos 46 PMA estavam entre os 10 principais beneficiários da APD da UE.

A **APD portuguesa** ficou ainda mais longe da meta de 0,7% do RNB, tendo-se fixado em 0,18% do RNB – um aumento de 4% em termos absolutos face a 2020 (ano em que, em termos de percentagem do rendimento nacional, a APD portuguesa registou uns idênticos 0,18% do RNB). O reporte da doação de doses excedentárias de vacinas Covid-19 teve também um impacto significativo no aumento dos valores totais da APD em 2021²¹. A verba reportada por Portugal ao abrigo das várias iniciativas de partilha de vacinas com países parceiros representou, segundo o CAD/OCDE, cerca de 7% do total da APD portuguesa que, dessa forma, atingiu um montante global superior ao registado em 2020. Este aumento resultou, assim, de um contexto particular, não integrando ainda, e como se prevê, o compromisso estruturado de Portugal para o reforço do seu contributo em termos de financiamento para o desenvolvimento. Faltando menos de uma década para a meta definida internacionalmente, os níveis gerais de APD são muito inferiores ao necessário para cumprir os compromissos de despesa de

²⁰ CONCORD Europe, “Aidwatch 2022: Is the EU a payer or a player... or just full of hot air?”, Brussels, 2022: <https://aidwatch.concordeurope.org/2022-report/>

²¹ De acordo com os [dados publicados pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento \(CAD\) da OCDE](#), Portugal reportou ter doado o equivalente a 29 milhões de dólares em doses excedentárias de vacinas COVID-19, e não reportou qualquer valor relativo à doação de doses especificamente adquiridas para países em desenvolvimento.

APD de Portugal até 2030. Apesar da pressão contínua da sociedade civil, o governo português não apresentou qualquer plano para reverter a situação.

A Plataforma Portuguesa das ONGD e as suas Associadas

Como referido anteriormente, a Plataforma tem vindo a proceder a uma reflexão interna com as suas ONGD Associadas com vista à identificação dos principais problemas que o setor enfrenta atualmente e das necessidades das ONGD a nível organizacional, tendo-se procedido a um **diagnóstico e aferido as principais prioridades para o presente CP, num encontro coletivo realizado em junho de 2022**. As ONGD Associadas da Plataforma reconhecem a existência de desafios atuais diversos e complexos, entendendo que se impõe uma reflexão sobre a intervenção da Sociedade Civil de forma mais estratégica e a necessidade de as Organizações se adaptarem às necessidades e circunstâncias dos desafios globais atuais. Assim, consideram que é importante apostar no diálogo e no trabalho conjunto, nomeadamente com atores externos e decisores políticos, bem como na criação de espaços de reflexão e debate internos. No seguimento da sua análise, as Associadas envolvidas evidenciaram **aspetos críticos** a considerar para o próximo CP:

- Apesar da valorização dos esforços investidos pela Plataforma no sentido de ter uma voz mais presente e ativa junto dos espaços e agentes responsáveis pela decisão política, subsistem dúvidas relativamente à verdadeira capacidade da organização de influenciar as decisões.
- A perceção generalizada das Associadas é de que a maior visibilidade conseguida pela comunicação externa da Plataforma tem sido garantida sobretudo junto dos agentes do setor do Desenvolvimento (R3), mais do que junto do público em geral e dos media. A utilização de uma linguagem excessivamente técnica e codificada é identificada como o principal constrangimento ao alcance de novos públicos.
- A heterogeneidade interna e de capacidade de mobilização das associadas, a ausência de consenso sobre questões fraturantes, as incertezas quanto à operacionalização do Código de Conduta, a competitividade pelo financiamento de projetos e a diferença entre o ritmo de trabalho do Secretariado e a capacidade de envolvimento das ONGD associadas, são fatores que podem comprometer a sustentabilidade dos resultados alcançados.

Avaliação externa à implementação do Contrato Programa 2018-2022

Na sequência da implementação do CP 2018-2022, tal como aconteceu com os anteriores contratos programa, foi igualmente realizada uma avaliação externa, cujas conclusões ressaltam as **principais concretizações alcançadas**²²:

- A divergência temporal entre a implementação do CP e do Plano Estratégico, não limitou, até ao momento, o alcance dos resultados previstos e que estão associados à atividade geral da Plataforma.

²² Relatório de Avaliação Externa ao Contrato Programa 2018-2022, Coatl, julho de 2022 - em anexo.

- A Plataforma reforçou o seu estatuto como ator relevante junto do setor do Desenvolvimento e há algumas evidências que apontam para uma evolução positiva ao nível da capacidade de monitorização de políticas públicas (R1).
- O Contrato-Programa tem permitido reforçar a sustentabilidade e práticas das ONGD (R2) por meio de um adequado programa de capacitação, que se tem revelado ajustado às necessidades das ONGD, mas também da promoção de espaços privilegiados para a partilha de conhecimentos entre as ONGD e troca de práticas e experiências. Os dados indicam que, fruto desta aposta, foram criadas mais sinergias entre as Associadas da Plataforma e que há um aumento da consciência da importância destas se conhecerem melhor e terem uma postura marcadamente mais cooperante. Para quase metade das ONGD, estes resultados têm contribuído de forma positiva para melhorar a sustentabilidade das suas organizações.
- A Plataforma tem conseguido renovar e criar novos meios de comunicação, tendo com isso incrementado significativamente a sua exposição ou alcance dos seus instrumentos de comunicação.
- A taxa de execução técnica registada até ao final de 2021 é de aproximadamente 90%, um valor muito significativo. Este resultado é particularmente relevante se se considerarem todas as limitações impostas e os ajustes requeridos pela pandemia Covid-19 que obrigou à redefinição de estratégias de interlocução e a um reajustamento de atividades previstas em formato presencial.
- O nível de apropriação dos resultados do Contrato-Programa por parte das associadas que integram a Plataforma é corroborado pelo reconhecimento do aumento das suas capacidades técnicas e operacionais e pelo reforço de parcerias entre si e destas com outros *stakeholders* chave. Essa apropriação é também evidenciada pela maior proximidade entre Secretariado, Direção e associadas, num esforço de fomento do interconhecimento e de valorização de sinergias que tem sido priorizado.
- O Contrato-Programa constitui-se, ainda, como um mecanismo potenciador da continuidade dos resultados alcançados, pela estabilidade de financiamento das atividades que garante, facilitando o cumprimento da missão da Plataforma. Acresce também que o CP tem contribuído para o reforço da capacidade técnica do Secretariado da Plataforma, para o aumento da qualidade dos produtos elaborados e para a contínua capacitação das associadas.

Entre as **recomendações apresentadas pela avaliação externa para o planeamento do próximo CP** e que serão devidamente enquadradas na sua estratégia de implementação, destacam-se as seguintes:

1. Desenvolver esforços específicos no sentido de assegurar o fortalecimento da presença da Plataforma nos meios de comunicação social, nomeadamente em espaços televisivos de opinião e debate e na imprensa escrita dedicados a temas atuais e que fazem parte da agenda da Cooperação para o Desenvolvimento e do âmbito de intervenção das ONGD associadas.
2. Reforçar os mecanismos de partilha interna do trabalho desenvolvido em matéria de *Advocacy* e Influência Política através, por exemplo, da criação de um sistema simples de *tracking* com as principais atividades e processos neste âmbito, com o intuito de facilitar a compreensão do nível de esforço investido neste objetivo estratégico, permitir uma monitorização e avaliação mais eficazes e

permitir, de forma mais prática, aferir a tendência de cumprimento deste objetivo estratégico e disseminá-la junto das associadas.

3. De forma a corresponder às expectativas e trajetórias de crescimento e intervenção das diferentes associadas da Plataforma é importante manter futuramente um programa de capacitação coeso, mas diversificado. Assim, revela-se pertinente a manutenção de ações de capacitação inicial para novos integrantes do setor e ONGD com menos experiência, mas igualmente o investimento em formações de continuidade, com carácter de especialização e em eventos de média duração (como a *Summer School*).

4. Readaptar os instrumentos de comunicação que têm como propósito chegar ao público em geral e aos media com o propósito de tornar a linguagem mais acessível e perceptível para o cidadão comum, com uma taxonomia menos teórica e técnica.

5. Tendo em vista a sustentabilidade da execução técnica alcançada até ao momento, será uma mais-valia garantir maior dispersão geográfica das atividades, por forma a chegar a mais pessoas e conseguir uma visibilidade e reconhecimento público mais homogéneo pelo território nacional.

6. Rever e reestruturar o Sistema de M&A num documento único, tornando, do ponto de vista operacional, a leitura e acesso deste instrumento mais eficiente e eficaz, e contribuindo, do ponto de vista estratégico, para uma monitorização mais coerente e objetiva dos resultados do Contrato-Programa e de futuros Planos Estratégicos.

7. Definir claramente os Termos de Referência do Comité de Acompanhamento Estratégico, definindo os objetivos ou propósitos do Comité, um conjunto de princípios e regras de funcionamento e a periodicidade com que este deve reunir. Será igualmente vantajoso incluir um ou dois indicadores no sistema de M&A sobre o funcionamento do Comité, para permitir monitorizar o seu funcionamento, relevância e utilidade, e fazer ajustes (sempre que necessário) em tempo útil.

8. Reforçar o apoio técnico do Secretariado junto das ONGD associadas, no sentido de garantir um acompanhamento próximo e regular, bem como um nível de suporte personalizado em questões que estejam a condicionar o avanço do processo.

A.3. OUTRAS INTERVENÇÕES

Na linha do que foi a implementação do anterior CP (2018-2022), pretende-se otimizar o potencial de complementaridade da programação e implementação do CP com outras iniciativas a decorrer em Portugal (sob responsabilidade da Plataforma ou de outras entidades nacionais) ou noutros países (de instâncias das quais a Plataforma das ONGD é membro ou com as quais tem parcerias). O CP permite ampliar o alcance de outras iniciativas pelos recursos que disponibiliza, mas existem, para além disso, outras atividades, com objetivos comuns ao CP, que são desenvolvidas em parceria com outras instituições e permitem diversificar os recursos financeiros e institucionais da Plataforma.

Das várias iniciativas, que se consideram relevantes pelo volume de atividades que geram e pela pertinência estratégica com o CP, destacam-se as seguintes:

- As parcerias adicionais celebradas entre o Camões IP e a PPONGD, como a elaboração e acompanhamento da implementação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED)²³.
- A parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) em projetos e ações de capacitação das ONGD.
- A articulação e concertação com as plataformas lusófonas de ONG através da [Rede de Plataformas Lusófonas de ONG \(RePLONG\)](#), constituída por plataformas e federações de ONG de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe.
- O trabalho desenvolvido com as plataformas europeias no âmbito da filiação na [CONCORD](#) e da participação nos seus *Workstreams* (FFSD e ISE) e grupos de trabalho transversais (GCE – *Global Citizenship Education; Gender Reference Group; Regional Alliances Group; Civil Society Power* e no *Inclusive Network Committe*).
- A articulação com plataformas de ONG a nível global (dos vários continentes e não exclusivamente da Europa), capacitação e *advocacy* concretizadas no quadro da pertença ao [Forus](#).
- A participação no comité europeu do [Global Call to Action Against Poverty](#) (GCAP) que se focaliza no trabalho de luta contra a pobreza realizado por organizações de base em todo o mundo e que pretende dar relevância ao combate às desigualdades e à implementação da Agenda 2030 e ODS.
- A filiação na [CIVICUS](#), rede global de ativistas e organizações, que trabalha essencialmente para fortalecer o espaço cívico a nível internacional e procede a uma revisão periódica das condições de atuação em termos do espaço cívico, através do [Civicus Monitor](#), com o qual a Plataforma das ONGD colabora.
- Protocolos existentes entre a PPONGD e a Academia, no quadro dos quais se desenvolvem colaborações regulares nomeadamente CEsA – ISEG/[Oficina Global](#), Universidade Autónoma de Lisboa e Universidade Católica do Porto.
- Participação na [Comissão de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais](#), liderado pela AICEP Portugal Global – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP) e pelo GPEARI - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças, no qual surgem oportunidade de parceria e contacto com as IFI, mas também com o setor privado lucrativo português.
- Participação na Comissão de Acompanhamento do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021, como representante da Sociedade Civil em conjunto com a [CPADA](#), procedendo ao acompanhamento da implementação do EEA Grants, em particular do programa [Cidadãos Ativos](#), gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação Bissaya Barreto.

²³ A Plataforma Portuguesa das ONGD é membro da Comissão de Acompanhamento da ENED, com representantes do Camões IP, da Direção-geral de Educação e do GENE. Entre 2017 e 2022 a PPONGD participou na elaboração da nova ENED (tendo a anterior terminado oficialmente em 2016) e procedeu à implementação e monitorização do Plano de Ação da ENED 2018-2022.

A4. INTEGRAÇÃO DO PROGRAMA COM OUTRAS INICIATIVAS E ENQUADRAMENTO NOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

A integração e articulação das atividades previstas no âmbito do CP com as **outras iniciativas desenvolvidas pela Plataforma das ONGD** (algumas mencionadas no ponto anterior), será crucial para a concretização dos objetivos estratégicos e resultados esperados. O potencial de integração manifesta-se das seguintes formas:

- A integração da Plataforma no [DAC CSO Reference Group](#), composto por OSC do Norte Global e do Sul Global, permite um acompanhamento próximo do trabalho realizado pelo CAD da OCDE e assumir posições de OSC com o objetivo final de promover a Ajuda Pública ao Desenvolvimento mais eficaz e de maior qualidade.
- A contribuição do trabalho desenvolvido com o Camões IP e outras entidades no acompanhamento da ENED, envolvendo a participação do GTEDCG, para o seguimento das políticas públicas na área da EDCG;
- A complementaridade que o trabalho de *advocacy* em torno da política de Cooperação Portuguesa no âmbito do CP pode ter com as atividades e estratégias que forem sendo construídas e concertadas dentro da RePLONG.
- O trabalho em concertação e articulação com Plataformas da Sociedade Civil portuguesa, no quadro da implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), através da coordenação e participação no [Fórum da Sociedade Civil para os ODS](#) (constituído por Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local; Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN); Confederação Portuguesa de Associações de Defesa do Ambiente (CPADA); Confederação Portuguesa do Voluntariado (CPV); Conselho Nacional da Juventude (CNJ); Federação Nacional das Associações Juvenis (FNAJ); MINHA TERRA – Federação Portuguesa das Associações de Desenvolvimento Local; Plataforma Portuguesa dos Direitos das Mulheres (PpDM); Plataforma Portuguesa das ONGD).
- A participação da Plataforma das ONGD na [Aliança ODS](#) do *Global Compact Network Europe*, que envolve municípios, universidades, empresas, sindicatos e outras organizações da sociedade civil em torno da questão dos ODS.

Estas redes informais trabalham ao nível do seguimento da implementação dos ODS e na sua monitorização, pelo que possibilitarão projetar o trabalho da Plataforma no quadro da realização dos ODS prioritários para a organização (ODS 1, ODS 4, ODS 5, ODS 10, ODS 13, ODS 16 e ODS 17).

Na promoção de complementaridades e sinergias internas, para a concretização de resultados previstos no CP, destaca-se a **importância do trabalho realizado pelos Grupos de Trabalho (GT) internos da Plataforma**, elementos essenciais para a promoção do trabalho colaborativo e envolvimento direto das associadas na concretização de alguns dos objetivos da rede. Atualmente, estão em funcionamento três GT e reúnem cerca de metade do total de Associadas da Plataforma. No quadro do presente CP, os objetivos e formatos de cada GT serão revistos, com vista à definição de condições para um

funcionamento mais regular e adequado às prioridades e resultados definidos. Os atuais GT são apresentados de seguida:

➤ *Grupo Aid Watch*

Constituído em 2007, este GT tem como objetivo principal preparar e implementar ações de *advocacy* e *lobby* junto do Estado português sobre questões como a APD e o financiamento para o desenvolvimento. Anualmente colabora com a CONCORD na análise dos dados da APD portuguesa, contribuindo para o Relatório anual *Aid Watch*. Por outro lado, procura também criar, reforçar e mobilizar competências das ONGD, promovendo iniciativas de capacitação e de concertação interna para a implementação da estratégia de *advocacy* da Plataforma.

Em 2012, 2017 e 2019, coordenou a elaboração de dois Relatórios nacionais *Aid Watch*, no quadro dos quais analisou as tendências da Cooperação Portuguesa. Estes documentos têm sido essenciais para a Plataforma se poder posicionar como entidade coletiva de uma forma mais conhecedora das temáticas relacionadas com a Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

Este GT terá um papel importante na implementação e revisão da estratégia de *advocacy* e na condução de um processo de reflexão e debate regular sobre as Políticas Públicas na área da Cooperação para o Desenvolvimento.

➤ *Grupo de Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global (GTEDCG)*

O Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento (ED) foi criado em 2001 e os seus membros discutem questões relacionadas com a temática de ED, partilham experiências e planeiam atividades a fim de reforçar o papel da ED na sociedade. Em 2017, o GT elaborou a [Narrativa de Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global](#), a qual determinou a mudança de denominação do GT para Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global (EDCG).

O GT desempenhou, em 2009/2010 e em 2017/2018, um papel determinante na elaboração da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED), que criou um quadro de referência para a atuação das organizações da sociedade civil e organizações estatais na área da Educação para o Desenvolvimento em Portugal. O GT tem ainda um papel crucial na implementação e seguimento do Plano de Ação da ENED e o seu envolvimento será determinante para a avaliação da atual ENED e elaboração da nova ENED no futuro.

Este GT tem-se envolvido em diversas iniciativas que pretendem reforçar o papel da EDCG na Cooperação Portuguesa, bem como promovido iniciativas próprias que possibilitam um debate continuado de caráter participativo em torno da ED, com a participação de ONG nacionais e ONG internacionais e procurando envolver um conjunto de públicos diversificados em Portugal.

➤ *Grupo de Trabalho de Ética (GT Ética)*

Criado em 2011, este GT tem como objetivo refletir sobre as questões éticas e de conduta relacionadas com a prática das ONGD. As ações deste GT passam pela dinamização de debates em torno de um conjunto de questões ligadas à Ética e Conduta no trabalho das ONGD. Estes debates conduzirão à melhoria do trabalho e da condução das ONGD na sua atuação em Portugal e a nível externo.

O GT procedeu à elaboração do [Código de Conduta](#) da Plataforma das ONGD, o qual foi aprovado em 2017, depois de um amplo processo participativo realizado com as ONGD Associadas. Este documento formaliza um conjunto de procedimentos e valores que as ONGD devem respeitar no seu

trabalho. O GT terminou o trabalho de definição de procedimentos e ferramentas de implementação do Código, vertidos no [Guia de Implementação do Código de Conduta](#) que se encontra em processo de implementação pelas ONGD Associadas desde a sua aprovação na Assembleia-Geral de dezembro de 2021. Foi ainda responsável pela elaboração da [Carta de Princípios sobre Sistema de Proteção a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade](#), que prevê um conjunto de princípios relacionados com questões de salvaguarda e de conduta organizacional relativamente a pessoas em situação de fragilidade. Prevê-se a continuação deste trabalho por parte do GT no sentido de aprofundar a construção de mecanismos de prevenção, de denúncia e de reporte nesta área.

A.5. INTEGRAÇÃO DO PROGRAMA NA ESTRATÉGIA GLOBAL DA ONGD

A presente proposta está alinhada com o Plano Estratégico da Plataforma das ONGD 2020-2024, aprovado na Assembleia-geral a 16 de dezembro de 2019, através dos seus quatro eixos operacionais. No entanto, embora o presente Plano Estratégico tenha um período de vigência discordante do período de implementação do próximo CP, conforme evidenciado pela avaliação final do CP 2018-2022 realizada, a **Plataforma procedeu a um exercício participativo de validação das linhas estratégicas para o CP com as Associadas, para que a concertação coletiva pudesse legitimar, no enquadramento deste CP, uma perspetiva estratégica futura em termos dos resultados a atingir.**

Desta forma, verifica-se um alinhamento entre os objetivos e resultados do CP e os do Plano Estratégico da Plataforma das ONGD, que pode ser verificado nos quatro objetivos estratégicos do Plano, nomeadamente:

- i) *Objetivo Estratégico 1* - Associadas comprometidas e envolvidas na Plataforma, partilhando recursos, competências e conhecimentos;
- ii) *Objetivo Estratégico 2* - Plataforma é interlocutora do setor do Desenvolvimento junto de decisores nacionais e internacionais na definição, implementação e monitorização das políticas públicas.
- iii) *Objetivo Estratégico 3* - Associadas e Plataforma com competências estratégicas, técnicas e operacionais reforçadas e alicerçadas em princípios éticos e de transparência.
- iv) *Objetivo Estratégico 4* - Visibilidade sobre setor do Desenvolvimento consolidada nos canais de comunicação da Plataforma e ampliada nos órgãos de comunicação social.

No que se refere ao ***eixo coesão e partilha***, no aumento do comprometimento e envolvimento das Associadas, a partir de uma partilha articulada de recursos, competências e conhecimentos, a qual se considera que permitirá aumentar a colaboração, a reflexão, a coesão interna e o interconhecimento mútuo.

Na dimensão de ***advocacy e influência política***, procurar-se-á prosseguir o trabalho de afirmação do papel da Plataforma Portuguesa das ONGD como referência da sociedade civil na área do Desenvolvimento em Portugal, com vista à sua consagração como interlocutora dos decisores nacionais e internacionais neste âmbito. Assim, pretende-se promover o posicionamento e campo de ação políticos para uma participação mais regular e consequente em debates, no desenho de políticas públicas, em processos legislativos e outros relevantes para o setor.

A estratégia definida no CP procura responder à necessidade de ***promoção de capacidades e competências***, pela priorização da capacitação das ONGD como metodologia promotora da sua sustentabilidade organizacional. A partir da aferição das capacidades e das competências presentes, pretende-se definir processos de capacitação adequados às necessidades e expectativas da diversidade de ONGD existentes e aos desafios atuais, com vista ao reforço das suas capacidades de adequação, resposta e estruturação. A sustentabilidade organizacional das ONGD implica necessariamente um fortalecimento da transparência e da prestação de contas, dimensões que incrementarão a sua

credibilidade. Pretende-se promover esta sustentabilidade através da continuação da implementação do Código de Conduta da Plataforma Portuguesa das ONGD por parte das ONGD Associadas. Especificamente na dimensão de sustentabilidade financeira, o CP prevê uma aposta na criação de condições e na capacitação das ONGD com vista a permitir a diversificação dos seus financiamentos, nomeadamente com a continuidade do acesso a informações sobre linhas de financiamento através de um programa a implementar neste sentido.

Em termos de *comunicação externa*, o CP alinha com o Plano Estratégico na medida em que o objetivo de consolidar a visibilidade através do reforço dos canais de comunicação externa se concretizará com o aumento da produção de conteúdos informativos e de reflexão crítica. Uma maior qualidade de conteúdos ajudará a criar narrativas que tornem claras as causas e as várias dimensões dos desafios globais nos quais a sociedade civil, incluindo a Plataforma e as suas Associadas, têm um papel a desempenhar, e mobilizar os públicos para um maior envolvimento com as suas causas. A visibilidade dos temas e trabalho do setor é essencial pelo que se pretende consolidar a presença da Plataforma nos seus canais digitais, com melhores conteúdos e formatos mais acessíveis, aumentando o alcance dos mesmos. No que concerne aos meios de comunicação social, pretende-se apostar na prestação de uma informação de qualidade na área e num posicionamento crítico e político, de modo que a Plataforma seja reconhecida como entidade de referência do setor em Portugal, tornando-se assim uma fonte de informação de confiança para os órgãos de comunicação social.

A.8. DOCUMENTAÇÃO DISPONÍVEL

A documentação disponível sobre as matérias abordadas pelo presente programa é vasta e variada, pelo que referimos aqui apenas alguns documentos consultados para elaboração da presente proposta:

- Relatório Atividades e Relatório e Contas de 2022 da Plataforma Portuguesa das ONGD
- Relatório de Avaliação final do Contrato Programa 2018-2022
- Plano Estratégico da Plataforma Portuguesa das ONGD 2020-2024
- Resolução do Conselho de Ministros 17 de 2014 - https://www.instituto-camoes.pt/images/legislacao/rcm_17_2014.pdf
- Estratégia de Cooperação Portuguesa 2030: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDYxNQcAkRsTgQUAAAA%3d>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2018 - <https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao2/resolened1822.pdf>
- Plano de Ação da ENED - https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/Plano_de_A%C3%A7%C3%A3o_da_ENED_2018-2022_-_Vers%C3%A3o_Final.pdf
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2015 - <https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/65-2015-70128396>
- *Peer Review* do CAD/OCDE a Portugal - <https://www.oecd.org/dac/oecd-development-cooperation-peer-reviews-portugal-2022-550fb40e-en.htm>

- António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas, “Our Common Agenda – Report of the Secretary-General”, Nações Unidas, Nova Iorque 2021.
- European Parliament resolution of 8 March 2022 on the shrinking space for civil society in Europe (2021/2103(INI)- https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2022-0056_EN.html
- Artigo escrito para a Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD sobre “Igualdade de Género e Desenvolvimento”: <https://www.plataformaongd.pt//noticias/revista-da-plataforma-alcancar-a-igualdade-de-genero-no-mundo-o-papel-das-politicas-de-cooperacao>
- Institute for Democracy and Electoral Assistance, The Global State of Democracy 2021, 22nd November 2021: <https://www.idea.int/publications/catalogue/global-state-democracy-2021>
- Civicus, 2023 *State of Civil Society Report* - <https://www.civicus.org/index.php/state-of-civil-society-report-2023>
- Civic Space 2040: Bellagio Outcome Report, International Center for Not-For-Profit Law, March 2020: <https://www.icnl.org/wp-content/uploads/CS2040-08.2019-Outcome-Report-vf.pdf>
- CONCORD Europe, “Aidwatch 2022: Is the EU a payer or a player... or just full of hot air?”, Brussels, 2022: <https://aidwatch.concordeurope.org/2022-report/>

B. DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Considerando o enquadramento apresentado e os desafios complexos e interdependentes que atualmente se colocam ao Desenvolvimento Global, e em particular às ONGD enquanto Organizações da Sociedade Civil, para os próximos quatro anos pretende-se que o Contrato Programa priorize:

- 1) a consolidação da compreensão e reflexão crítica por parte das ONGD, para responder aos problemas atuais, através de uma aposta na elaboração de conteúdo de qualidade e aprofundado a potenciar por via da comunicação externa da Plataforma e da elaboração de estudos e posicionamentos sobre temas centrais como a igualdade de género, as desigualdades, o triplo nexos e as alterações climáticas.
- 2) o incremento do contacto, diálogo e abertura do setor a outros setores da sociedade civil portuguesa e atores diversificados, para fomentar a colaboração e a partilha. O presente CP aposta na articulação e na promoção de sinergias com atores diversificados, nomeadamente atores menos institucionais da sociedade civil, bem como a academia, ministérios setoriais e organizações especializadas nos temas prioritários, prevendo-se a promoção de encontros de reflexão com a sua participação;
- 3) a melhoria das capacidades de adaptação e adequação às exigências crescentes e complexas no domínio da Cooperação para o Desenvolvimento, nomeadamente relativas à necessidade de desenvolver trabalho nos temas mais prementes atualmente, identificados ao longo do documento; de se ajustar aos desafios existentes em termos de parcerias com outras organizações, nomeadamente de outros setores; de compreender a importância de diversificar as oportunidades de financiamento, entre outras exigências neste setor;
- 4) a consolidação da articulação com decisores e de influência de políticas públicas, a nível nacional e internacional, para o reforço da discussão pública e política sobre o setor. No CP procurar-se-á alargar o alcance do trabalho de influência política a outros espaços na Assembleia da República e junto de outros decisores nacionais, nomeadamente a nível ministerial, ao mesmo tempo que se procurará aprofundar a participação da Plataforma em discussões internacionais relevantes para o setor, nomeadamente a nível europeu. Procurar-se-á uma participação continuada na revisão e monitorização das políticas públicas nacionais relevantes para o setor, assim como de políticas europeias, junto com as redes das quais a Plataforma é membro. Organizar-se-ão ainda momentos de reflexão pública sobre os temas prioritizados para a construção de tomadas de posição conjunta.

A Plataforma pretende dar continuidade ao trabalho realizado no anterior CP, reforçando a consideração e inclusão de estratégias para responder de forma mais adequada aos desafios que se aprofundaram nos últimos anos. **O enquadramento apresentado de forma extensiva anteriormente, servirá de base para as opções de intervenção a assumir**, nomeadamente no que respeita aos temas a trabalhar e às posições a assumir como coletivo de ONGD, pretendendo-se potenciar a ação da sociedade civil na transformação social com vista à construção de um mundo justo, solidário, equitativo e sustentável, para alcançar o bem comum e a dignidade humana. Neste sentido, procurar-se-á investir na reflexão contínua em torno do futuro do setor, permitindo ao mesmo tempo revisitado o papel da Sociedade Civil portuguesa no futuro e na resposta a questões mais sistémicas (para responder à necessidade de provocar a mudança, manter a legitimidade, relevância e impacto no mundo).

Ter-se-á em especial atenção, nos próximos quatro anos, as questões que têm um impacto mais direto no desenvolvimento sustentável a nível global e por essa razão no **trabalho das ONGD e no papel que estas podem desempenhar no futuro**. Primeiramente, considerando aspetos como o combate às desigualdades e a importância da promoção da igualdade de género, pela urgência que colocam atualmente, deverão ser aprofundadas em termos de capacitação e criação de conhecimento nas ONGD com vista ao reconhecimento da sua natureza multidimensional e interseccional. Também a tríade "emergência climática, aumento da instabilidade e dos conflitos armados e crises humanitárias" será determinante nos anos vindouros e as ONGD em particular devem estar cada vez mais preparadas para se ajustarem e responderem a estes desafios. Procurar-se-á incrementar a disponibilização de informação, numa abordagem crítica, de ferramentas, de oportunidades de formação e capacitação nestas áreas para as organizações.

Segundo, a erosão da democracia e as restrições ao espaço cívico e à ação da Sociedade Civil no plano internacional constituem polos de preocupação para a Plataforma e suas ONGD Associadas. O reconhecimento do aprofundamento do autoritarismo em regimes não democráticos (regimes híbridos e autoritários), o questionamento da integridade eleitoral, mesmo em democracias estabelecidas, e a forte repressão que têm sentido os movimentos pró-democracia um pouco por todo mundo, são sinais evidentes de que as instituições devem proteger as liberdades e direitos fundamentais para garantir sistemas democráticos prósperos e resilientes. Devem também priorizar a (re)construção da confiança mútua entre os/as cidadãos/ãs e seus/uas representantes, o que permitirá fortalecer as democracias. A importância de uma sociedade civil forte e envolvida para garantir o aprofundamento da democracia e impedir o recrudescimento da autocracia, implica uma aposta no seu fortalecimento e do seu poder político, pelo aumento de possibilidades de articulação nesse âmbito e de influência dos debates, processos e políticas do setor. **Será neste sentido que a Plataforma conduzirá o seu trabalho de articulação e influência junto de decisores e entidades públicas, para garantir que se reforça a democracia e se previne o aumento do autoritarismo e o retrocesso democrático.**

Ao mesmo tempo, a aposta no aumento da informação de qualidade sobre o setor pretende também contribuir para a diminuição da crise de confiança e de solidariedade, numa lógica de Comunicação para o Desenvolvimento, que coloca em causa o compromisso coletivo e a determinação para enfrentar a multiplicidade de desafios que exigem um trabalho conjunto entre todos os *stakeholders*.

Tendo sido identificada como necessidade, o *aumento da colaboração e partilha entre ONGD Associadas e com atores externos*, a Plataforma procurará **garantir uma gestão equilibrada na resposta às necessidades e expectativas das Associadas tendo em conta a diversidade do grupo de ONGD, em termos de estrutura e dimensão, assim como encontrar novas estratégias de participação**, procurando conciliar os níveis de eficiência com o nível de participação e de qualidade das ações desenvolvidas, com vista a uma maior eficácia.

Ao mesmo tempo, a aposta será clara no **aprofundamento da reflexão crítica, quer a partir e dentro das estruturas internas de trabalho, quer na organização de momentos e espaços de**

encontro, diálogo e reflexão envolvendo outros atores, assim como pela produção de conteúdos comunicacionais de qualidade. Espera-se também aumentar o acesso a conhecimento e experiências especializadas em determinadas áreas tendo em consideração os desafios identificados, nomeadamente na área do combate às desigualdades e promoção da igualdade de género, da emergência climática e do aumento dos conflitos armados e da insegurança global, procurando aprofundar o debate interno, através das estruturas de participação da Plataforma, e o conhecimento e a capacitação.

Neste CP, a Plataforma optará estrategicamente por **responder a necessidades das Associadas e outras ONGD de forma diferenciada, ajustada à diversidade de organizações, diversificando formatos e enquadramentos de participação e envolvimento das organizações** para aumentar o índice de participação efetiva nas atividades, mas igualmente na tomada de decisão coletiva. É neste sentido que se **torna prioritário o reforço e criação de espaços que proporcionem estas oportunidades de crescimento conjunto, como a manutenção do funcionamento dos Grupos de Trabalho, reforçando os existentes e criando novos**, em função das exigências trazidas pelo contexto internacional e as prioridades das políticas públicas e os âmbitos de atuação, assim como pelas necessidades sentidas; a continuação do funcionamento de **mecanismos de trabalho conjunto e colaboração** (*task forces*, consultoria, revisão de pares, comunidades de interesse, etc.); **a inclusão das ONGD em processos de representação da Plataforma** em momentos de colaboração, *networking* e aprendizagem com as suas organizações congéneres, etc. Para cumprir estes objetivos será também fundamental **manter uma comunicação interna regular e funcional**. Será igualmente importante realizar as ações em formato *online* e híbrido e descentralizar a intervenção para uma maior proximidade a Associadas fora da região de Lisboa.

A ***dimensão de advocacy e influência política*** é uma componente central do trabalho de melhoria da participação da sociedade civil no processo de definição e implementação de políticas públicas, respondendo ao objetivo estratégico definido pela Plataforma em 2019. A importância da continuidade deste trabalho foi reconhecida amplamente (por ONGD e outros atores), devendo **apostar-se no reforço da capacidade da Plataforma e das ONGD, considerando a multiplicidade e a complexidade dos temas abordados atualmente na área do Desenvolvimento e a necessidade de atualização constante de conhecimentos e posicionamento da sociedade civil**. Ao mesmo tempo, será crucial que a Plataforma implemente estratégias de facilitação de processos ágeis de reflexão e de tomada de decisão interna, tendo em vista o aumento do envolvimento e disponibilidade das ONGD para participar nas iniciativas a desenvolver, nomeadamente em termos de Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global, e que melhore a comunicação dos resultados atingidos, para aumentar o reconhecimento público e político da Plataforma e ONGD.

Internamente, será também relevante a **promoção de espaços de concertação sobre temáticas relevantes, como as evidenciadas anteriormente, procurando que estes espaços sejam enriquecidos através da integração de atores especializados** que permitam diversificar as perspetivas em discussão. Para o aumento do reconhecimento público e político, será também prioritário **aprofundar o trabalho junto da Assembleia da República e dos partidos com assento**

parlamentar, aumentando **contacto e a articulação com as Comissões parlamentares, assim como junto do poder local e de ministérios setoriais**, para reforçar o reconhecimento e presença das temáticas do Desenvolvimento Internacional na agenda política e noutros quadrantes de discussão pública.

A Plataforma prosseguirá a consolidação da colaboração com a academia e a produção de conteúdos, recursos e conhecimento na área, contribuindo para enformar os seus posicionamentos políticos e permitindo uma melhor e mais rigorosa comunicação externa sobre as várias temáticas relevantes na atualidade.

Neste CP, investir-se-á ainda no **relacionamento, participação e colaboração em organizações nas quais a Plataforma se encontra filiada, com o objetivo de aprofundar o trabalho político e temático** e criar ligações de vontade coincidentes que permitam uma *advocacy* mais eficaz, nomeadamente com a CONCORD, Forus, GCAP, Civicus, as plataformas lusófonas de ONG, e outras organizações da sociedade civil a trabalhar em torno da Agenda 2030.

A nível nacional, pretende-se **continuar a promover a realização de momentos conjuntos de debate e discussão das questões de desenvolvimento, através da realização de eventos públicos, proporcionado uma maior apropriação pela diversidade de decisores políticos nacionais**, de modo a introduzir mais frequentemente estes temas nas suas mensagens públicas e políticas e para garantir uma maior visibilidade ao setor junto dos diversos públicos.

Um dos aspetos mais evidenciados pelas ONGD, como carecendo de um trabalho mais aprofundado e consistente a nível nacional, refere-se à questão da *sustentabilidade organizacional*. Esta tem sido uma área de trabalho regular da Plataforma, tendo-se realizado um esforço adicional nos últimos anos para reforçar especificamente a sustentabilidade financeira das ONGD Associadas, pela **realização de ações e programas que permitiram capacitar as organizações na apresentação de candidaturas para implementação de projetos e aceder a uma maior diversidade de fontes de financiamento nacionais e internacionais**. Considerando que esta é uma prioridade para as ONGD, a Plataforma propõe-se a dar continuidade neste CP a alguns programas que incrementam este trabalho.

O foco da área da capacitação estará concentrado em adequar as respostas às necessidades das ONGD, e no fortalecimento do trabalho em rede, como forma de capacitação interna e aprendizagem entre pares. Assim, tendo sempre como pano de fundo a estratégia de capacitação para o desenvolvimento (que aposta no reforço das capacidades de adequação, resposta e estruturação das associadas), com enfoque no caminho para uma mudança e impacto do trabalho das ONGD adequados aos desafios e tendências do setor, a Plataforma deverá cada vez mais **apostar em ações diferenciadas para diferentes grupos de ONGD, à medida**, fazendo uma gestão equilibrada na resposta às necessidades e expectativas das Associadas, tendo em conta a diversidade do grupo de ONGD. **Tal implicará um equilíbrio entre ações de curta e longa duração, ações estratégicas e operacionais, entre reforço estrutural e reforço sistémico**, etc. A capacitação procurará reforçar as outras dimensões do trabalho da Plataforma nomeadamente a coesão e partilha, *advocacy* e influência política, e comunicação e

visibilidade, transformando a diversidade interna numa mais-valia e num passo para a construção de uma identidade coletiva, assim como para o **reforço de um conhecimento alargado entre ONGD e de criação de espaços de reflexão e coesão nas visões, abordagens e ações conjuntas.**

Paralelamente, deverá continuar a apostar-se na recriação estratégica da Capacitação para o Desenvolvimento e no campo da inovação e digitalização, particularmente no que respeita as metodologias, abordagens e a emergência de novas técnicas, de novos pensamentos e culturas de trabalho, novas oportunidades de crescimento e mudança social, essenciais para a revitalização e a modernização do setor e da sociedade civil. Neste sentido, iniciativas como a Academia do Desenvolvimento, que apostam numa lógica de inovação e criação de valor partilhado, continuarão a ser realizadas durante o presente CP.

Para incrementar a sustentabilidade organizacional das ONGD será também decisiva a **continuação da implementação do Código de Conduta** iniciada em 2022. Este processo requererá a realização de um **trabalho interno pelas organizações e respetiva facilitação e acompanhamento próximo e individualizado das ONGD** por parte da Plataforma.

Da análise realizada com as Associadas e outros atores, foi identificada a dificuldade de a Plataforma alcançar outros públicos. Embora a Plataforma tenha chegado nos últimos anos a um público cada vez maior, como comprovam os resultados alcançados no anterior CP, existe espaço para trabalhar este ponto de forma mais transversal e estratégica. O facto de o enquadramento geral do próximo CP conter a **aposta no incitamento à reflexão das ONGD sobre as mudanças a que assistimos e sobre o seu papel no mundo, abre a porta para a Plataforma poder trabalhar temas menos técnicos e mais reflexivos** ao nível dos conteúdos. Outra questão a considerar refere-se à **importância de realizar um maior esforço na sistematização e processamento da informação no que se refere à produção de conteúdos e na sua disseminação em vários formatos**, bem como a dedicar mais tempo a este tipo de processo.

No presente CP **apostar-se-á na promoção do acesso a informação de qualidade e fidedigna e a oportunidades de reflexão crítica, através da produção e disseminação de conteúdos comunicacionais, de qualidade e diferenciados.** Para tal, a dimensão de *comunicação externa* do trabalho da Plataforma procurará otimizar estrategicamente a comunicação digital, com base numa lógica de Comunicação para o Desenvolvimento, conduzindo ao pensamento crítico e reflexão pelo público. O reforço deste propósito, acontecerá por via da revisão da Estratégia de Comunicação, e consubstanciar-se-á em artigos e outros conteúdos a disseminar nos canais de comunicação externa da Plataforma, nas redes sociais e *website*, mas também pela continuação da publicação e divulgação da *Newsletter* mensal da Plataforma e da Revista semestral.

Considera-se ainda prioritário a dinamização da relação com os *media* portugueses, através da realização de contactos e da sua otimização através da contratação de um serviço de assessoria de imprensa externo.

De uma forma geral, apresentam-se de seguida os **objetivos globais e específicos e os resultados esperados** para os próximos três anos e meio.

B.1. OBJETIVOS GLOBAIS

O presente Contrato Programa tem como objetivo geral: *Fortalecer a ação transformadora da sociedade civil portuguesa no setor do Desenvolvimento para a construção de um mundo justo, solidário, equitativo e sustentável, com vista ao bem comum e à dignidade humana.*

B.2. OBJETIVO ESPECÍFICO

Com este Contrato Programa pretende-se: *reforçar o papel e o trabalho da Plataforma e das ONGD na resposta aos desafios globais, através*

- i. *fortalecimento da colaboração interna e da sua diversificação com atores externos;*
- ii. *da promoção da reflexão crítica;*
- iii. *da promoção do posicionamento político e público e da sustentabilidade.*

B.3. RESULTADOS ESPERADOS

Tendo em conta os objetivos, apresentam-se quatro resultados para os anos de execução do Contrato Programa:

R1. Colaboração e partilha entre ONGD Associadas e com atores externos diversificados fortalecidas, através da criação e implementação de espaços de encontro, diálogo e reflexão.

Metas:

8 espaços de diálogo, partilha, colaboração e reflexão em funcionamento

10 atores externos envolvidos

12 reuniões realizadas com as Associadas

4 reuniões realizadas entre Associadas e outros atores

50 iniciativas conjuntas realizadas entre ONGD Associadas resultantes de partilha de competências e boas práticas

R2. Posicionamento e campo de ação políticos alargados, no quadro de debates, desenho de políticas públicas, participação em processos legislativos e outros processos relevantes para o setor.

Metas:

7 publicações e posicionamentos produzidos e divulgados pela Plataforma

10 recomendações propostas pela Plataforma integradas em políticas públicas ou em documentos relevantes para o setor

10% de recomendações propostas pela Plataforma integradas em políticas públicas ou em documentos relevantes para o setor

30 convites à Plataforma para participar em reuniões/sessões de trabalho relevantes para o setor, a nível nacional e internacional

3 convites à Plataforma para participar em processos políticos, a nível nacional e internacional, relevantes para o setor

15 participações em reuniões / eventos / sessões de trabalho / encontros com decisores no âmbito do desenvolvimento nacionais e internacionais.

R.3. Sustentabilidade organizacional da Plataforma e das ONGD promovida, através da capacitação institucional e da melhoria das práticas, alicerçadas em princípios de conduta e transparência.

Metas:

20 ONGD subscrevem e implementam o Código de Conduta

15 ONGD identificam melhorias internas decorrentes das ações de capacitação da Plataforma

10 ONGD Associadas identificam melhorias internas decorrentes da implementação do Código de Conduta

15 ONGD identificam melhorias ao nível da sua sustentabilidade

R.4. Acesso a informação e a oportunidades de reflexão crítica promovido, pela produção e disseminação de conteúdos comunicacionais.

Metas:

60% das ONGD consultadas consideram haver mais acesso a informação e a oportunidades de reflexão crítica

Aumento de 5% no número de visualização das Newsletters

Aumento de 5% na média de visitas às edições da Revista

Aumento de 5% no número de sessões do website

Aumento de 5% no alcance das redes sociais

Aumento em 5% do n.º de referências na comunicação social

4 convites recebidos para eventos/iniciativas, entrevistas, espaços de opinião

B.4. ATIVIDADES

Atividades de âmbito transversal

A0. Dinamização do Comité de Acompanhamento Estratégico; Revisão do sistema de Monitorização e Avaliação do CP; Realização de avaliação intermédia; Realização de avaliação externa final do CP

No seguimento do trabalho realizado no anterior CP, considera-se pertinente prosseguir com a dinamização do Comité de Acompanhamento Estratégico criado anteriormente, composto por representantes da Plataforma e do Camões IP. No entanto, considerando a experiência anterior e as conclusões da avaliação final realizada ao CP, devem ser revistos os Termos de Referência deste órgão, para que possa funcionar mais como um espaço de reflexão e reorientação estratégica do que somente como mecanismo de prestação de contas. Assim, durante o presente CP será essencial converter o CA num espaço de debate, diagnóstico e planificação estratégica, sendo necessário rever os seus objetivos, os seus princípios e regras de funcionamento e a periodicidade com que este se deve reunir. Será igualmente importante que o sistema de Monitorização e Avaliação (M&A) inclua indicadores sobre o funcionamento do Comité, para permitir monitorizar o seu funcionamento, relevância e utilidade, e fazer ajustes (sempre que necessário) em tempo útil.

No primeiro ano de implementação do CP será igualmente necessário proceder à revisão e adequação do Sistema (M&A) ao presente CP. Neste âmbito prevê-se a contratação de uma prestação de serviços especializada de assessoria de avaliação.

Está ainda prevista a realização de uma avaliação intermédia e de uma avaliação externa final ao CP (*vide* ponto G3 e G4 do presente documento).

Metas:

4 reuniões do Comité de Acompanhamento Estratégico realizadas

2 relatórios apresentados decorrentes das avaliações intermédia e final

Atividades R1.

A.1.1 - Elaboração e implementação da Estratégia de Coesão interna

Para aumentar a colaboração e o interconhecimento entre as ONGD Associadas da Plataforma é fundamental a definição de prioridades e estratégias, alinhadas com o Planeamento Estratégico da Plataforma, à semelhança do que foi realizado nos outros três eixos estratégicos do PE da Plataforma.

A Coesão interna, constitui-se como uma base essencial para o trabalho desta rede de organizações e pessoas. De especial importância, tendo em conta a heterogeneidade de ONGD que compõem o coletivo atual. É igualmente referido em todos os documentos de enquadramento do presente CP, a premente necessidade de trabalhar o setor do Desenvolvimento em Portugal, de uma perspetiva de

atuação conjunta e coerente, e de cooperação entre pessoas e organizações no âmbito de parcerias abrangentes e diversificadas.

Meta:

1 Estratégia de Coesão elaborada e implementada

A.1.2 - Dinamização dos Grupos de Trabalho e de outras estruturas internas de participação e diálogo

Grupos de Trabalho

Os Grupos de Trabalho (GT) são importantes forças dentro da Plataforma, concretizando-se como relevantes espaços de reflexão, aprendizagem e partilha dentro de cada âmbito. São também reconhecidos como oportunidades de interconhecimento entre ONGD Associadas.

Atualmente existem 3 GT: *Aid Watch*, Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global e Ética. Pretende-se continuar a dinamização dos GT proporcionando estes espaços de encontro e trabalho às ONGD Associadas que entendam integrá-los, convertendo-os em oportunidades de debate, formação, posicionamento e construção, que sedimentam o trabalho da Plataforma nos mais diversos âmbitos. Proceder-se-á a uma revisão dos objetivos dos GT, bem como a reativação do GT de Ação Humanitária e de Emergência e do GT de Recursos Humanos para a Cooperação.

Comunidades de Interesse

Estas estruturas são de carácter autorregulatório e estão pensadas para funcionarem sem uma organização formal rígida, tornando-se espaços informais de aprendizagem e ajuda mútua.

Atualmente existem duas Comunidades de Interesse que funcionam através de um email-grupo, através do qual as ONGD Associadas que as integram, interagem entre si: a Administrativa e Financeira e a de Comunicação. Ambas, em 2022, foram alvo de uma reflexão e análise por parte das ONGD Associadas que as integram, com vista a que o seu funcionamento fosse ajustado, mediante a experiência dos primeiros anos e as necessidades sinalizadas pelas próprias.

Pretende-se dar continuidade à dinamização destas estruturas, havendo abertura para o surgimento natural de outras Comunidades de Interesse, com base em focos de interesse, temas específicos ou áreas de trabalho.

Outras estruturas

Estão também previstas e incluídas nesta atividade, outras estruturas que emergem de necessidades sinalizadas pelas ONGD Associadas e Plataforma, tais como os grupos de trabalho *ad hoc*, *task force* temáticas e outras formas de participação e integração, que promovam a coesão e a partilha, no âmbito da ação da Plataforma. Neste CP prevê-se a manutenção de três *task force*, compostas por Associadas, para a elaboração de uma posição concertada da Plataforma sobre a elaboração da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, a revisão das linhas de cofinanciamento do Camões IP para as ONGD e para a elaboração do Plano Estratégico da Plataforma pós 2024.

Em todas as estruturas referidas, interessa às ONGD Associadas e Plataforma, a integração de atores externos diversificados que possam enriquecer a reflexão, o debate e a construção que ocorrem no seu seio.

Metas:

50 reuniões do GT realizadas

8 estruturas internas de participação em funcionamento

A.1.3 - Visitas às ONGD

As Visitas à ONGD Associadas constituem uma iniciativa que encerra múltiplos objetivos: de aproximação, de interconhecimento, de colaboração e de suporte institucional entre a Plataforma e as suas ONGD Associadas. A visita consagra a realização de uma reunião alargada na ONGD visitada, em que a partir de um guião construído para o efeito e de uma apresentação que sistematiza informações essenciais sobre a Plataforma, se conduz o diálogo com a Associada percorrendo a experiência da organização, revisitando o trabalho e eixos estratégicos da Plataforma, compreendendo as necessidades sentidas pela Associada, e consequentes melhorias a realizar nas atividades da Plataforma, bem como as mais valias do trabalho realizado pela Plataforma. Na reunião decorre uma apresentação da equipa das duas entidades, a partilha da expertise da Associada com vista a permitir perceber possibilidades de colaboração no seio da Plataforma e de futuras parcerias com as restantes Associadas. Para um maior impacto transversal a cada ONGD, as visitas geralmente são realizadas por um grupo composto por um membro da Direção da Plataforma e dois elementos do Secretariado, incluindo a Diretora Executiva, estando presentes membros dos corpos diretivos e operacionais das Associadas, de forma a alargar o conhecimento e articulação com a estrutura da ONGD como um todo. As visitas foram iniciadas em dezembro de 2018, aquando da vigência do anterior Contrato Programa, mas foram forçosamente interrompidas em início de 2020, devido à pandemia. Depois de um interregno de cerca de ano e meio, foram retomadas em outubro de 2021, tendo sido realizadas a ONGD no distrito de Lisboa, mas igualmente no distrito do Porto e na região do Alentejo. Esta atividade tem sido reconhecida e valorizada pelas ONGD Associadas como sendo muito útil e importante na medida em que permite: i) conhecer melhor as Associadas e dar a conhecer a Plataforma; ii) recolher contributos, sugestões e constrangimentos para potenciar e criar pontes e oportunidades de colaboração; iii) co-construir uma Plataforma Portuguesa das ONGD relevante, coesa e com trabalho reconhecido e valorizado pelas suas Associadas e por todas as outras partes interessadas.

Até setembro de 2022 foram visitadas mais de metade das ONGD Associadas da Plataforma e, dada a reconhecida relevância da atividade, bem como os impactos aferidos, de aumento da participação e da proximidade das Associadas visitadas à Plataforma, e de incremento do interconhecimento das Associadas e da Plataforma, pretende-se dar-lhe continuidade, prevendo-se a revisão do formato e propósitos para prosseguir com um trabalho que é considerado essencial pelas Associadas e que muito contribui para a partilha e coesão internas, realizando cerca de 12 visitas às ONGD em falta, nas regiões do Alentejo, Porto e Lisboa, e 20 novas visitas às Associadas já visitadas ao longo do anterior ciclo de ação.

Meta:

32 visitas realizadas às Associadas

A.1.4 - Intercâmbios entre ONGD

Atualmente o coletivo de organizações da Plataforma é muito diversificado. A heterogeneidade é com toda a certeza uma mais-valia, seja esta relativa à sua génese e percurso, ou respeitante às suas áreas de atuação e *expertise*. No entanto, é também um desafio para a Plataforma na definição de opções estratégicas e ações de carácter operacional que venha a desenvolver, de forma a responder à diferentes necessidades e expectativas das suas Associadas. Pretende-se com esta atividade criar oportunidades de intercâmbio entre ONGD Associadas, que envolvam visitas às suas sedes, encontros de apresentação do seu trabalho, apresentação da equipa, partilha de experiências, auscultações para futuras parcerias, etc. O objetivo é facilitar o interconhecimento e o diálogo, desbloqueando eventuais dificuldades em criar e aproveitar oportunidades de encontro e eventuais possibilidades de parceria futura.

No âmbito desta atividade, como uma iniciativa concreta surge o *Twinning*. Aproximadamente 20% das ONGD Associadas têm uma antiguidade na Plataforma que remonta à década de 90; cerca de 30% entraram na rede entre 2000 e 2010; e mais de 40% integraram a Plataforma nos últimos 12 anos. Esta heterogeneidade é também verificável em termos de dimensão das organizações, orçamento, volume de trabalho e dinâmica. Estamos, portanto, e em termos gerais, perante níveis de experiência muito distintos. Sob pena de se criarem fendas entre diferentes estados de maturidade e prevenindo, um eventual afastamento “geracional” entre organizações, pretende-se criar canais de interconhecimento e partilha, de onde possam nascer pontes de aprendizagem, confiança e relações de parceria, nomeadamente entre organizações mais experientes e consolidadas e organizações mais recentes, que trabalhem temáticas coincidentes ou complementares.

Através da promoção de aprendizagem conjunta, da partilha e da cooperação - perante os naturais desafios que acompanham todas as fases de crescimento das organizações – criam-se as bases necessárias à articulação, ao diálogo estratégico e à ação concertada, essenciais para fortalecer o setor do Desenvolvimento em Portugal.

Esta atividade, no seu todo, tem como base uma dinâmica de troca e de *win-win*, e prevê o apoio do Secretariado na facilitação da comunicação entre ONGD Associadas.

Metas:

6 intercâmbios realizados

12 ONGD envolvidas nos intercâmbios

A.1.5 - Reuniões de trabalho com Associadas

A Plataforma pretende propor às ONGD Associadas a participação em diversas reuniões de trabalho, de carácter informal ou formal, em regime presencial, online e/ou híbrido. Estes encontros serão definidos anualmente de acordo com o interesse e o trabalho das ONGD Associadas e da Plataforma, podendo organizar-se por exemplo em formatos de reuniões por país de atuação ou por temática setorial de intervenção. Também se procurará dar resposta aos desafios globais atuais ligados à ação das ONGD,

como exemplo situações de emergência humanitária por razão de catástrofes naturais ou conflitos em países prioritários da Cooperação Portuguesa ou para discussão e reflexão sobre temáticas fulcrais no âmbito de atuação das ONGD, para as instituições da Cooperação Portuguesa, das políticas da UE ou intervenção do CAD/OCDE no setor.

Pretende-se também realizar encontros na região norte/centro de Portugal, de maneira a promover o contacto presencial, a proximidade e a partilha entre as ONGD Associadas sediadas mais a norte do país, aproveitando a oportunidade para trabalhar assuntos que sejam relevantes para as organizações ou para a Plataforma.

Nesta atividade, à semelhança das estruturas internas de participação e diálogo, pretende-se envolver atores externos diversificados que possam enriquecer a reflexão, o debate e a construção de soluções para problemas atuais.

Inserem-se também nestas reuniões, encontros anuais entre todas as ONGD Associadas, nos quais se procurará que as próprias proponham temas de reflexão e debate e organizem momentos específicos da agenda do encontro. Desta forma, pretende-se criar um momento anual de convivência e reflexão conjunta, no qual se promova a criação de pontos de união, baseada em boas relações humanas (*team building*, no sentido mais lato da expressão).

Meta:

12 reuniões de trabalho realizadas com as Associadas

A.1.6 - Criação e dinamização de estrutura de reflexão e orientação estratégica sobre o posicionamento da Plataforma

No sentido de aumentar a regularidade das discussões internas sobre o posicionamento da Plataforma relativamente aos assuntos que marcam o setor, prevê-se a criação e dinamização de uma estrutura de reflexão e orientação estratégica. Esta estrutura será composta por representantes das ONGD Associadas da Plataforma e reunirá regularmente, de forma a aprimorar os processos internos de construção de posicionamentos, a incrementar a qualidade da intervenção pública da Plataforma nos processos em que se encontra envolvida e a potenciar a sua apropriação por parte das Associadas. Prevê-se que esta estrutura contribua ainda para que, através de um diálogo interno mais consistente, a Plataforma possa participar atempadamente nas discussões externas sobre os assuntos do setor e no diálogo com decisores e agentes públicos da área, nomeadamente com o Camões IP.

Meta

1 Estrutura de reflexão e orientação estratégica criada e dinamizada

Atividades R2.

A.2.1 – Revisão e implementação da Estratégia de *Advocacy*

Em vigor desde 2020, a Estratégia de *Advocacy* e Influência Política elenca os objetivos da Plataforma neste domínio e os passos necessários para os concretizar. Prevê-se, por isso, que, em 2023, se prossiga com a implementação da Estratégia atualmente em vigor. Antes do seu término, prevê-se ainda envolver as ONGD Associadas no processo de avaliação e revisão do documento – que voltará a ter um horizonte temporal de 4 anos, em linha com o próximo Plano Estratégico - potenciando a apropriação dos objetivos definidos, bem como da abordagem estratégica que será prosseguida para os concretizar.

Meta

1 Estratégia de *Advocacy* revista e implementada

A.2.2 - Elaboração e disseminação de publicações e posicionamentos

Reconhecendo a importância da produção de conhecimento na definição de posicionamentos sobre os assuntos do setor – sobretudo num momento marcado por profundas mudanças geopolíticas e por importantes desafios globais –, os próximos anos serão marcados pela continuação de produção de conteúdo, sobre temáticas como a igualdade de género, as alterações climáticas, ou o Triplo Nexo, direcionado a contribuir para as discussões públicas em que a Plataforma participa. Neste âmbito pretende-se que o CP contribua para ancorar o posicionamento da Plataforma na sistematização das tendências do setor e no bom entendimento dos temas que o marcam atualmente. Tal como tem acontecido até ao momento, o objetivo deste trabalho passa por fazer chegar o posicionamento da Plataforma sobre estes aos decisores políticos e por dinamizar o debate público sobre os assuntos do desenvolvimento, com decisores e agentes públicos, - procurando, assim, potenciar a capacidade de influência da Plataforma no contexto das políticas públicas nacionais e internacionais relevantes.

Meta:

7 publicações e posicionamentos elaborados

A.2.3 - Realização de eventos de *advocacy*

Enquanto ator chave a nível nacional no setor do desenvolvimento, a Plataforma reconhece que parte do seu papel passa por criar as condições para que os temas do setor possam ser debatidos publicamente, com decisores políticos, governantes do governo central e local, ministérios setoriais e a academia, nas temáticas de Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global e a Ação Humanitária e de Emergência e nos temas mencionados na atividade acima. A produção de estudos e *papers* servirá de mote para a realização de dois eventos de *advocacy* que se destinam a reunir os *stakeholders* do setor em sessões públicas de discussão.

Meta:

3 eventos nacionais de *advocacy* realizados

A.2.4 - Articulação com atores do Desenvolvimento nacionais e internacionais

No seguimento do exercício de mapeamento dos atores do desenvolvimento conduzido no âmbito do anterior CP, prevê-se que a articulação com atores nacionais e internacionais seja consolidada nos próximos anos. Para isso, a Plataforma procurará integrar decisores/as políticos/as, nomeadamente deputados/as com assento na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, representantes de entidades públicas como o Camões IP e a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, mas igualmente de outros ministérios com intervenção na Cooperação Portuguesa, representantes de autarquias, representantes da academia, representantes de organizações da sociedade civil nacional, europeia e dos países parceiros nos eventos que organiza, no sentido de envolver um conjunto alargado de *stakeholders* nas discussões sobre os assuntos do desenvolvimento e procurando assegurar que os processos em questão são inclusivos e potenciam a diversidade do setor.

Ações de representação institucional

A participação e acompanhamento das ações de *advocacy* realizadas por redes internacionais (tais como Concord, Forus, GCAP, CIVICUS), permite à PPONGD uma atualização constante sobre as problemáticas e os desafios do setor a nível global, bem como assumir um posicionamento conjunto a diferentes níveis (político, organizacional, social e do domínio público). Desta forma, será fundamental aprofundar a representação da PPONGD nestas organizações, através da continuação da participação nos grupos de trabalho existentes, bem como em eventos diversos a nível nacional e internacional. A Plataforma priorizará a participação nas estruturas internas de trabalho dessas redes que tenham ligação aos temas relevantes para o presente CP, designadamente a diversificação de fontes de financiamento para o desenvolvimento, o espaço cívico e o papel da sociedade civil.

Metas:

15 participações em reuniões / eventos / sessões de trabalho / encontros com decisores e atores no âmbito do desenvolvimento nacionais e internacionais

5 parcerias dinamizadas

A.2.5 Concertação e articulação com instituições nacionais e internacionais diversificadas e com decisores políticos nacionais e internacionais

Reconhecendo a relevância do contributo da Plataforma para a construção das políticas públicas relacionadas com o setor, prevê-se que o trabalho de reflexão interna e consequente construção de posicionamentos seja seguido pela consolidação do trabalho de articulação com decisores políticos nacionais e internacionais. O objetivo desta atividade passa por aprofundar o relacionamento que tem vindo a ser construído com atores como a Assembleia da República e respetivos grupos parlamentares, o Ministérios dos Negócios Estrangeiros, nomeadamente no âmbito da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, e outros organismos públicos com um papel na cooperação, como sejam ministérios setoriais. Espera-se que a concertação e articulação, através da organização de

reuniões bilaterais ou multilaterais, com estes atores contribua para um maior envolvimento da Plataforma nos processos políticos, bem como numa maior consideração das suas propostas.

Metas:

10 recomendações propostas pela Plataforma integradas em políticas públicas ou em documentos relevantes para o setor

10% de recomendações propostas pela Plataforma integradas em políticas públicas ou em documentos relevantes para o setor

30 convites à Plataforma para participar em reuniões/sessões de trabalho relevantes para o setor, a nível nacional e internacional

3 convites à Plataforma para participar em processos políticos, a nível nacional e internacional, relevantes para o setor

15 participações em reuniões / eventos / sessões de trabalho / encontros com decisores no âmbito do desenvolvimento nacionais e internacionais.

Atividades R3.

A.3.1 - Revisão e implementação da Estratégia de Capacitação

Com o término da Estratégia de Capacitação da Plataforma será necessária a sua revisão aquando da revisão da estratégia global da Plataforma, de modo a adequá-la às novas exigências de sustentabilidade das ONGD portuguesas, em particular das Associadas da Plataforma, bem como dar resposta à mudança que os contextos nacionais e internacionais solicitam. Desta forma, será mantida a lógica de Capacitação para o Desenvolvimento atualmente existente, com reforço das Capacidades de Adequação, Resposta e Estruturação, e com uma abordagem flexível e diversificada, que reflita estratégias específicas e ações pensadas à medida das diferentes necessidades organizativas.

A Estratégia de Capacitação deverá apresentar um programa de capacitação coeso, mas diversificado, com a manutenção de ações de capacitação inicial, e outras de continuidade e com carácter de especialização, sendo que será elaborada com base nos resultados do relatório de avaliação final do CP e do Plano Estratégico, e com consulta às Associadas, por via a garantir que os programas e ações criados sejam adequados às suas necessidades e estejam em consonância com os atuais desafios globais do desenvolvimento.

Meta:

1 Estratégia de Capacitação revista e implementada

A.3.2 - Implementação de ações de formação

As ações de formação a realizar deverão intercalar entre ações estratégicas, estruturais e que promovam a mudança sistémica, e ações de base, de capacitação inicial, operacionais e metodológicas, em áreas

temáticas relevantes, como a Igualdade de Género, as alterações climáticas, o triplo nexos ou outras, e em áreas como a elaboração de candidaturas, a diversificação do financiamento, a gestão de projeto ou áreas que respondam a necessidades de capacitação relacionadas com a implementação do Código de Conduta pelas ONGD. Serão ainda identificadas, no quadro da revisão da Estratégia de Capacitação, outras áreas importantes para as ONGD e implementadas no quadro do presente CP. Procurar-se-á implementar as ações de acordo com a diversidade de tipologia das organizações e as necessidades específicas de grupos que advêm dessa tipologia.

Meta:

6 ações de formação implementadas

A.3.3 - Realização de eventos de capacitação entre pares e de reflexão com atores diversificados

O debate e a reflexão proporcionados nos últimos anos em iniciativas como a Academia do Desenvolvimento, a *Summer School*, e o Ciclo de Webinários em 2020, demonstrou a importância da realização de iniciativas em que as ONGD possam refletir sobre o estado do mundo e sobre o seu papel, de forma a criarem um maior impacto da sua intervenção e da sua influência. Neste sentido, continuar-se-á a realizar a Academia do Desenvolvimento e sessões do PlataFórum durante as Assembleias-gerais da Plataforma, em que se abordarão temas relevantes para a atualidade das ONGD e do setor, de forma a possibilitarem a reflexão e capacitação, bem como a interação com atores diversos, incluindo Academia, empresas sociais, organizações da sociedade civil de outros setores, movimentos sociais, nacionais e internacionais.

Metas:

2 eventos de capacitação entre pares realizados

3 sessões do PlataFórum realizadas durante as Assembleias-Gerais da Plataforma

7 atores externos envolvidos nos eventos

A.3.4 - Implementação de Programa de sustentabilidade para as ONGD Associadas

Procurando dar resposta às questões de sustentabilidade das suas associadas, particularmente a financeira, a Plataforma criou, no âmbito do último CP, o Sustentare - um programa com o propósito essencial de aumentar a sustentabilidade das ONGD, em especial a sustentabilidade financeira, apostando na diversificação do financiamento através do aumento do acesso a informação de oportunidades de financiamento e da elaboração de candidaturas a linhas de financiamento existentes. Na sequência do mesmo, foi reforçada a importância da manutenção deste tipo de programas de acompanhamento que permitam alargar o conhecimento e acesso a este e outros tipos de informação relativos à sustentabilidade financeira das ONGD. Neste sentido, pretende-se dar continuidade a este programa incluindo acesso a conhecimento e informação sobre linhas de financiamento para organizações da sociedade civil.

A Plataforma subscreve duas ferramentas de informação sobre Financiamento para o Desenvolvimento, denominadas *Development Aid* e *GeoFundos*, o que tem permitido o acesso pelas

suas associadas à mesma. Pretende-se manter a disponibilização dessa informação no próximo CP, a par do ajuste deste programa.

Meta:

20 ONGD envolvidas no Programa de sustentabilidade

A.3.5 - Implementação do Código de Conduta

Após a aprovação do Guia de Implementação do Código de Conduta da Plataforma, na Assembleia Geral de dezembro de 2021, iniciou-se, em abril de 2022, a sua implementação.

O processo, depois de refletido e construído de modo participativo, pretende ser flexível, individualizado e, numa primeira fase, experimental, no sentido em que, na passagem da teoria à prática, se assume como um exercício de aprendizagem e melhoria, que terá como fruto o fortalecimento das ONGD Associadas e o reforço do setor de Desenvolvimento em Portugal. Este processo é de extrema importância, porque permite a melhoria das normas de gestão nas organizações, que são uma ferramenta de apoio a cada ONGD no seu processo interno de análise do seu “bem-estar” e desempenho organizacional, na identificação de áreas de melhoria e no seu desenvolvimento institucional e, serve ainda de ponto de referência para fortalecer a ação desenvolvida pela ONGD.

Tendo sido dado o primeiro passo, em 2022, por cerca de 10 ONGD Associadas, prevê-se que nos próximos três anos e meio outras 20 subscrevam o Código de Conduta da Plataforma e avancem significativamente com a sua implementação, através de uma autoanálise interna e da priorização de uma necessidade de melhoria. Partindo do *feedback* das ONGD Associadas e da experiência dos primeiros meses de implementação, pretende-se aumentar e melhorar o apoio prestado às ONGD Associadas tornando-o, em alguns momentos, presencial.

Em 2024, depois de 2 anos de aprendizagem, prevê-se a realização de uma avaliação do processo e eventual revisão dos documentos, que envolverá diferentes momentos de reflexão conjunta das ONGD Associadas e de recolha de *feedback*; paralelamente publicar-se-á o primeiro boletim digital sobre a implementação do Código de Conduta da Plataforma.

Meta:

20 ONGD subscrevem e implementam o Código de Conduta

Atividades R4.

A.4.1 – Revisão e Implementação da Estratégia de Comunicação

A Estratégia de Comunicação da Plataforma, em vigor desde 2020, identifica o papel da comunicação na persecução dos objetivos da organização, explicitando as opções estratégicas de comunicação e os meios para as concretizar. Para que a comunicação seja um ativo estratégico para a organização, é fundamental que a Estratégia de Comunicação continue a ser um guia para a operacionalização desta área, e que seja claro de que forma é que o seu papel é transversal aos vários objetivos da organização.

Assim, nos próximos anos, prevê-se a continuação da implementação da Estratégia de Comunicação, mas também a sua revisão, aquando da revisão da estratégia global da Plataforma, de forma que a mesma

se adapte de forma clara a novos objetivos. A revisão deste documento deverá ter em conta a necessidade de reforçar o papel e o trabalho da Plataforma e das ONGD na resposta aos desafios globais, e definir de que forma é que se poderá potenciar o acesso à informação e às oportunidades de reflexão crítica.

Metas:

- 1 Estratégia de Comunicação revista
- 4 planos operacionais de comunicação incluídos no Plano de Atividades em cada ano

A.4.2 - Publicação e divulgação da Newsletter mensal da Plataforma

A *Newsletter* externa da Plataforma é um elemento essencial da comunicação externa da Plataforma, cujas subscrições e visualizações têm crescido ao longo dos anos. Para além de permitir manter uma comunicação regular com os públicos, a *Newsletter* permite atrair visitantes para o *website* da Plataforma, potenciando o mesmo. Assim, a *Newsletter* externa da Plataforma continuará a ser elaborada e enviada uma vez por mês, sendo composta por artigos que expliquem de forma acessível os temas relevantes a cada momento, eventos da Plataforma e suas associadas, e outros conteúdos adequados.

Metas:

- 70 artigos elaborados e divulgados
- 34 Newsletters elaboradas e divulgadas

A.4.3 - Publicação e divulgação da Revista semestral da Plataforma

A Revista da Plataforma Portuguesa é o meio de comunicação externa que por natureza pretende fomentar o conhecimento e o debate, de forma aprofundada, sobre os temas importantes para o setor. Desta forma, revela-se um meio essencial para a criação e disseminação de conteúdo que explique as causas dos desafios globais, contribuindo para a reflexão crítica e o debate. Serão elaboradas duas edições da revista da Plataforma Portuguesa das ONGD por ano. Cada edição da Revista da Plataforma abordará um tema específico do setor do desenvolvimento, com contributos de autores e entidades que possam trazer diferentes perspetivas e experiências.

Meta:

- 7 Revistas da Plataforma elaboradas e disseminadas

A.4.4 - Dinamização da comunicação interna da Plataforma

Os canais de comunicação interna da Plataforma são reconhecidos pelas ONGD Associadas como úteis e de aplicação prática, em termos de disseminação da informação na sua dinâmica interna. Atualmente existem dois principais canais de comunicação: o email e a Informação Semanal - uma *newsletter* interna semanal que aborda num modelo simples e sintético, notícias da Plataforma, das Associadas e dos Parceiros. Este canal será mantido e consolidado, com o objetivo de manter as associadas informadas sobre as atividades da Plataforma, de outras associadas e de parceiros relevantes.

De referir também a secção do *website* “ONGD Associadas” que, embora seja também uma ferramenta de comunicação externa, devido à sua dupla utilidade, cumpre também funções de comunicação

interna. A página central funciona como um guia de consulta, com a opção de pesquisa avançada, que permite um acesso fácil, rápido e filtrável de toda a informação relevante inserida pelas ONGD Associadas nas suas páginas. Esta é uma ferramenta utilizada pelo público em geral que consulta o *website*. No entanto, para além desta dimensão externa, a secção “ONGD Associadas” permite também aumentar o conhecimento entre as associadas, e permite à Plataforma manter informação atualizada sobre a atividade e os contactos das associadas.

Meta:

150 informações semanais e outras comunicações internas enviadas

A.4.5 - Dinamização das redes sociais e *website*

O *Website* da Plataforma foi renovado em 2020, sendo hoje mais fácil de navegar e de atualizar, o que resultou num aumento dos visitantes. O *website* da Plataforma tem sido eficaz na captação de novos visitantes, mas é também importante manter e aumentar o número de visitantes regulares, numa lógica de captação destes já habituais públicos para um maior envolvimento com o setor do desenvolvimento e os temas que o mesmo trabalha. Para atingir este objetivo, apostar-se-á na manutenção de uma atualização regular do *website*, nomeadamente através da alimentação da secção de notícias, da agenda de eventos, e também da secção relativa às oportunidades de emprego, por esta ser uma página que funciona como ponto de entrada para muitos dos acessos regulares ao site.

Para além da atualização regular, procurar-se-á também alimentar o site com mais conteúdos que forneçam informação acessível e compreensível sobre os principais temas do setor, as suas causas convidando os leitores para a reflexão crítica e maior envolvimento. Estes conteúdos serão também disseminados nas redes sociais e *newsletters* de forma a captar os públicos para visitar o site da Plataforma, aumentando a visibilidade da Plataforma e das suas associadas.

No que concerne às redes sociais da Plataforma, estas serão dinamizadas com conteúdos informativos e apelativos. A seleção para conteúdos nas redes sociais terá em conta a interação gerada, pois esta é um dos principais critérios para maior alcance das publicações nas redes sociais, e a diversidade, visto que diversificar o tipo de conteúdo ajudará a atingir um público mais amplo. Quanto aos formatos, procurar-se-á apostar na utilização de elementos visuais, como sejam vídeos, em particular aqueles que poderão ser elaborados por entidades externas que assegurem a apresentação apelativa da informação e a profissionalização da imagem da Plataforma.

Meta:

3 campanhas de comunicação nas redes sociais realizadas

A.4.6 - Dinamização da relação com os media portugueses

Pretende-se consolidar a presença da Plataforma Portuguesa das ONGD nos órgãos de comunicação social, apostando na prestação de uma informação de qualidade na área e num posicionamento crítico e político. Espera-se que desta forma a Plataforma seja reconhecida como entidade de referência do setor em Portugal, tornando-se assim uma fonte de informação de confiança para os órgãos de comunicação

social. Neste sentido gerir-se-á as relações com os media dinamizando os contactos com os jornalistas e enviando comunicados de imprensa, notas de agenda, e artigos de opinião, sempre que adequado.

A grande complexidade dos temas que a Plataforma trabalha traz alguns desafios no que concerne à sua colocação na agenda mediática, e que exige uma estratégia especializada e um trabalho contínuo de consolidação da relação com os órgãos de comunicação social, de elaboração e envio de conteúdos que possam despertar atenção dos media. Assim, recorrer-se-á à contratação de assessoria de imprensa externa, de modo a consolidar de forma consistente o trabalho feito nos últimos anos de aumento da presença da Plataforma nos órgãos de comunicação social.

Meta:

7 Comunicados de Imprensa e outros conteúdos enviados para os media

B.5. GRUPOS-ALVO E/OU BENEFICIÁRIOS FINAIS

Os grupos-alvo das ações propostas são variados, podendo dividir-se em quatro subgrupos:

- Profissionais do setor não governamental (de ONGD e de outras organizações da sociedade civil portuguesa, de outros países europeus e dos países de língua oficial portuguesa);
- Decisores políticos (Assembleia da República, Governo, Ministérios com intervenção setorial, Instituições europeias, nomeadamente o Parlamento Europeu);
- Empresas; universidades e meios de comunicação social;
- População residente em Portugal, nomeadamente estudantes universitários/as, e demais pessoas interessadas na temática do Desenvolvimento

C. MEIOS PARA A EXECUÇÃO DA INTERVENÇÃO

Para uma implementação eficiente do CP, cumprindo os objetivos delineados e atingindo os resultados esperados, a Plataforma Portuguesa das ONGD prevê a execução do Orçamento apresentado no Anexo I, com um orçamento máximo de 170.000€ por ano.

C.1. RECURSOS HUMANOS AFECTOS AO PROGRAMA

Na Plataforma

- 1 Coordenador/a do Programa (full-time 100%)
- 1 Responsável de Comunicação (full-time 100%)
- 1 Responsável de Capacitação (full-time 100%)
- 1 Responsável de *Advocacy* (full-time 100%)
- 1 Responsável Financeiro e Administrativo (full-time 100%)
- 1 Assistente de Coesão e Partilha (pagamento assegurado pela Plataforma)

Externos à sede da Plataforma (prestação de serviços, colaboração pontual ou específica)

- Formadores/as convidados, internos e externos

- Investigadores/as convidados para a elaboração dos estudos, internos e externos
- Investigadores/as e membros da sociedade civil convidados para os debates e seminários
- Designer gráfico/a
- 1 Técnico/a informático/a
- Tradutores/as para artigos Revista

C.2. RECURSOS MATERIAIS

A concretização do presente CP implica a aquisição de recursos materiais para a sua execução como consumíveis e economato e equipamento informático. Adicionalmente, envolverá a aquisição de serviços de manutenção da impressora e equipamento informático e de controlo contabilístico do projeto.

A maior parte dos custos associados ao CP relacionam-se com a prestação de serviços de consultoria para elaboração de estudos, de formação, de programação e melhoria de meios de comunicação via *web* da Plataforma, de custos com eventos públicos e com divulgação diversa, custos com traduções, de apoio informático, de conceção gráfica e *design*.

C.3. APOIO (em recursos humanos e/ou materiais) DE OUTRAS ORGANIZAÇÕES OU INSTITUIÇÕES (locais, internacionais)

A PPONGD colabora com vários parceiros nacionais e internacionais. A nível nacional, as ONGD Associadas da PPONGD, as quais delegam em representantes a sua participação nas atividades desenvolvidas, têm colaborado na definição estratégica e concertação, de execução, ou de monitorização e avaliação. Para o sucesso da intervenção da Plataforma, é crucial contar com as competências, o conhecimento e a experiência profissional que os/as técnicos/as das ONGD têm.

Adicionalmente, destaca-se a parceria desenvolvida com a Fundação Calouste Gulbenkian na área da capacitação dos recursos humanos das ONGD, através da qual a Plataforma tem acedido a recursos complementares, designadamente financeiros.

Considera-se, ainda, particularmente importante o envolvimento e o contributo que tem sido dado por parte de plataformas setoriais de Organizações da Sociedade Civil de âmbito nacional, como as organizações que integram o Fórum da Sociedade Civil para os ODS, na monitorização das implementação dos ODS em Portugal, e as colaborações proíficas com a Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, o CEsa - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, a Universidade Católica do Porto e o Comité de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais.

No âmbito internacional, a Plataforma das ONGD conta com a colaboração e apoio dos recursos humanos e de representantes de organizações membros das organizações europeias e internacionais nas quais a Plataforma se encontra filiada, como a CONCORD, o Forus, o GCAP e a Civicus, bem como de membros de organizações nas quais participa regularmente como a Rede de Plataformas Lusófonas de ONG ou o *DAC CSO Reference Group*.

D. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO

No **anexo III** apresentam-se as atividades do CP previstas para o segundo semestre de 2023. Para as fases seguintes, a Plataforma apresentará um plano anual de operacionalização de cada ano do Contrato Programa no qual especificará os conteúdos temáticos e cronograma detalhado da ação.

E. FACTORES EXTERNOS

Da análise realizada sobre os fatores externos, indicam-se três tipos de dimensões a ter em conta:

1. Fatores relacionados com o clima político e o ambiente para atuação das OSC – Existência de espaço de diálogo e concertação entre OSC e interlocutores públicos nacionais e de instâncias europeias e agências multilaterais; manutenção de condições democráticas para garantir um ambiente favorável à atuação das OSC;
2. Fatores relativos às circunstâncias que possibilitam a participação e envolvimento das ONGD nas atividades do CP e da Plataforma em termos mais globais, as quais podem ser condicionadas por dificuldades de financiamento, da indisponibilidade dos recursos humanos, e da disponibilidade de outras entidades para participarem em atividades da Plataforma e partilharem experiências e conhecimentos;
3. Fatores ligados ao interesse e prioridade dos meios de comunicação social em Portugal à temática do Desenvolvimento, assim como a manutenção da capacidade de transmissão por parte dos meios de comunicação e das condições necessárias para prosseguir com o trabalho de comunicação digital e interna.

E.1. REFERÊNCIA ÀS POSSÍVEIS SITUAÇÕES COM IMPACTOS SOBRE O PROGRAMA

Como principais pressupostos para a implementação do presente CP, identificam-se as seguintes situações:

- Manutenção de condições e oportunidades para o desenvolvimento de um diálogo político e concertação entre OSC e interlocutores públicos nacionais, assim como do teor da evolução das políticas públicas, as quais influenciarão as temáticas, os conteúdos e as linhas de ação a adotar no âmbito do presente programa. Para garantir a pertinência da intervenção face à agenda nacional e internacional do Desenvolvimento a realizar no âmbito do CP, prevê-se que a definição das temáticas a abordar seja efetuada de forma flexível (quer nas ações de capacitação, nos posicionamentos políticos e estudos, quer ainda nas ações de natureza pública). É ainda fundamental que seja mantido espaço de diálogo e concertação institucional entre a Plataforma e os organismos públicos envolvidos na conceção e implementação das ações enquadradas na Cooperação Portuguesa (particularmente Camões IP e SENECS);
- Existência de condições para a realização de um trabalho em rede com base no interesse e capacidade de atores relevantes, por via do empenho e do envolvimento das ONGD na prossecução dos objetivos do CP e da sua participação ativa nas atividades do mesmo, assim como da contínua disponibilidade das ONGD para partilharem experiências e colaborarem entre si e com outros atores;

- Existência de interesse dos meios de comunicação social para abordarem a temática do Desenvolvimento e torná-la de interesse público, nomeadamente aproveitando acontecimentos que possam ser potenciados para comunicar.

F. VIABILIDADE E SUSTENTABILIDADE

O presente programa foi construído conjuntamente com as Associadas da Plataforma, como referido anteriormente. Este responde a necessidades identificadas pelas organizações e no contexto da cooperação portuguesa, nomeadamente considerando o conteúdo da Estratégia de Cooperação Portuguesa 2030, assim como tendo em conta os desafios globais atuais e os específicos ao nível internacional e europeu em torno das políticas de desenvolvimento e do espaço de ação da Sociedade Civil.

Na avaliação realizada ao anterior Contrato-Programa 2018-2022²⁴, uma parte significativa das ONGD Associadas da PPONGD reconheceram a influência positiva do CP para a sua sustentabilidade, materializada por meio da adequação das formações oferecidas, pela promoção de troca de práticas e experiências, mas também pelo incremento do interconhecimento, que tem resultado num aumento das parcerias e sinergias inter-ONGD, pela elaboração de candidaturas conjuntas facilitada pela maior aproximação entre ONGD e o maior conhecimento de linhas de financiamento alternativas.

A capacitação das ONGD contribuiu para melhorar a sustentabilidade organizacional e o impacto das ONGD, através da aposta em atividades diferenciadas e na inovação, como foi o exemplo da capacitação entre pares.

A articulação com outros atores de desenvolvimento nacionais e internacionais realizou-se numa abordagem de *networking* e de identificação de competências complementares, o que também foi importante em termos de sustentabilidade.

Os conteúdos das ações formativas estavam alinhados com as necessidades identificadas no Diagnóstico de Necessidades da Plataforma (2019), nomeadamente na implementação de mais ações de capacitação potenciadoras de pensamento crítico, em particular sobre Educação para o Desenvolvimento e desafios da Cooperação Internacional, e de “existência de momentos de aprendizagem mais prática”.

A criação de sinergias entre associadas, resultado referido como mais-valia dos esforços de capacitação e coesão interna, consubstanciou-se no aumento do conhecimento de boas práticas no setor da Cooperação para o Desenvolvimento em geral, e do esclarecimento de questões mais pragmáticas e legais, em particular. Os resultados deste esforço de promoção de um maior interconhecimento e de relação efetiva entre as ONGD associadas materializou-se em consórcios de candidaturas, efetivação de parcerias, formais e informais, resultando inclusivamente na implementação de projetos conjuntos financiados.

O relatório de avaliação final do CP refere ainda que a *“sustentabilidade dos resultados é positivamente influenciada, desde logo, pela existência de um Secretariado com forte capacidade de trabalho, sólida experiência e conhecimento do setor, o que permite um acompanhamento contínuo e eficaz dos temas. Ao mesmo tempo, consolidou-se um reconhecimento do papel e importância da PPONGD pelas entidades parceiras do setor. Este reconhecimento é reforçado pela abertura face a novas e diferentes entidades*

²⁴ Vide Relatório de Avaliação Externa ao Contrato Programa 2018-2022, Coatl, julho de 2022 - em anexo

parceiras e pela apropriação pela Plataforma de novos conhecimentos temáticos e setoriais, produzidos externamente”²⁵. Segundo a mesma fonte, é ainda evidenciada uma melhoria significativa, em quantidade e qualidade, do conhecimento produzido internamente pela Plataforma, alicerçada numa maior capacidade reflexiva verificada nos últimos anos, fator potenciador e alicerce da sustentabilidade de alguns dos resultados.

O próprio Contrato-Programa é, segundo a Coatl (entidade avaliadora externa), um “*fator potenciador da manutenção dos resultados obtidos, pela estabilidade e previsibilidade que garantem à atividade da Plataforma e, conseqüentemente, de forte contribuição para a sustentabilidade da Plataforma e daquela que é a sua intervenção, interna e externa. Em paralelo, e considerando que o Contrato-Programa é coprotagonizado pelo principal agente público estratégico no setor da cooperação e do desenvolvimento, esta relação estreita traduzir-se-á, previsivelmente, em valor acrescentado e suporte à sustentabilidade dos resultados desenvolvidos pela Plataforma no setor*”²⁶.

A existência dos Grupos de Trabalho da Plataforma, da experiência acumulada pela organização ao longo dos últimos anos, bem como o facto de várias iniciativas identificadas se apoiarem em processos em curso e em parcerias existentes, garantirá a viabilidade e sustentabilidade das ações previstas.

Em termos de ações a implementar para incrementar a sustentabilidade, através do presente CP, considera-se que a continuação do trabalho realizado até ao momento e apresentado acima assegurará a sustentabilidade do programa.

Todas as ações previstas no Contrato Programa visam criar condições (competências, conhecimento, capacidade crítica e de reflexão) para que os objetivos propostos sejam atingidos, contribuindo, assim, para incrementar a importância do setor e valorizar a Cooperação Portuguesa, reforçando o papel que nela têm as ONGD e a Plataforma.

Um fator essencial para a sustentabilidade da Plataforma e do CP será por isso a participação e envolvimento dos diversos intervenientes nas atividades a implementar.

F.1. PARTICIPAÇÃO

Para a implementação deste CP pretende-se rever o sistema de monitorização criado no anterior CP, e aprofundar o trabalho e as funções da estrutura de governança, de modo a permitir uma maior articulação e responsabilização das partes envolvidas, nomeadamente do Camões IP e da Plataforma, mas igualmente criando oportunidades de colaboração das ONGD Associadas. No campo da colaboração com as Associadas, de referir que se prevê aprofundar as modalidades de participação, a continuação da realização de visitas às associadas e o acompanhamento próximo na implementação do Código de Conduta.

No campo da influência das políticas públicas e do trabalho de *advocacy*, serão promovidos espaços de debate dos assuntos em análise para concertação e formulação de pareceres com as ONGD Associadas.

²⁵ *Idem*

²⁶ *Idem*

Nas ações de capacitação serão privilegiados momentos de partilha e aprendizagem entre pares, em que a Plataforma mobilizará, preferencialmente, recursos humanos das Associadas, como formadores e/ou facilitadores em áreas definidas.

Transversalmente, a Plataforma promoverá a participação das Associadas, através dos Grupos de Trabalho, na definição e execução das iniciativas a realizar no quadro do presente CP, procurando incentivar a articulação das temáticas e dos objetivos dos GT com os do presente Programa.

Procurar-se-á ainda promover a abertura do setor a outros atores, de modo a possibilitar mais colaboração e criação de sinergias para responder aos desafios globais que o mundo enfrenta.

F.3. TECNOLOGIAS APROPRIADAS

A Plataforma pretende continuar a utilizar e potenciar as tecnologias de comunicação e informação, essencialmente os mecanismos de comunicação e trabalho colaborativo *online*, para possibilitar uma melhor conjugação de disponibilidades, uma interatividade, uma descentralização dos debates e momentos de capacitação, e uma colaboração flexível quer a nível temporal, quer a nível metodológico. Assim, a Plataforma procurará desenvolver espaços de consulta e concertação *online* e de trabalho efetivo, e recorrendo a ferramentas de edição também de carácter colaborativo, também como forma de garantir mais oportunidades de partilha e participação das ONGD com sede fora de Lisboa.

Com vista ao aumento da qualidade e do alcance da comunicação externa da Plataforma, procurar-se-á dinamizar continuamente o *website* da Plataforma, bem como os meios de comunicação ao dispor, nomeadamente a *Newsletter* e a Revista. Apostar-se-á na edição de materiais em versões digitais que permitam uma partilha e difusão mais abrangente, alargada e diversificada. Adicionalmente, a Plataforma apostará na produção de recursos para comunicação externa que sejam mais apelativos para diferentes públicos e que tenham uma linguagem mais adequada ao público a que se direcionem. Os recursos produzidos deverão ser, sempre que possível, elaborados de forma a serem publicáveis *online*. Nas ações de capacitação e nos eventos de carácter público, privilegiar-se-ão técnicas e métodos que sejam consentâneos com o estímulo à partilha e à inovação de abordagens, procurando promover a utilização de *networking*, de técnicas participativas, de formação entre pares.

F.6. IGUALDADE DE GÉNERO

1	O projeto contribui parcialmente para a igualdade de género

A questão da igualdade de género é transversal ao trabalho da Plataforma. O reforço do papel transformador da Sociedade Civil portuguesa no setor do Desenvolvimento para a construção de um mundo justo, solidário, equitativo e sustentável, com vista ao bem comum e à dignidade humana, implica necessariamente a integração transversal e sistemática da dimensão da igualdade de género. Entendendo a igualdade de género não como um tema circunscrito a determinadas áreas, mas uma questão de carácter estrutural e complexa, que se relaciona com a forma como cada sociedade se

organiza e que está intimamente relacionada com o funcionamento da economia, com as condições ambientais, etc., revela-se essencial aumentar o conhecimento e reflexão sobre esta dimensão, de forma que as ONGD possam identificar estas ligações e agir sobre elas de forma integrada.

Nos próximos três anos e meio, considerando também a relevância destacada do combate às desigualdades e em particular a promoção da Igualdade de Género, dever-se-á apostar na reflexão crítica sobre o trabalho desenvolvido, ao mesmo tempo que se prioriza o aumento da capacitação e do conhecimento das ONGD e da Plataforma sobre esta área. Também ao nível da disseminação e de informação e comunicação sobre as temáticas relacionadas com o setor do desenvolvimento que a Plataforma tem levado a cabo, tanto internamente como externamente, passará também pela informação sobre temas relacionados com a igualdade de género, e a sua intersecção com outras temáticas trabalhadas pelas ONGD. Esta temática será também priorizada no âmbito do trabalho sobre a Agenda 2030, em que a igualdade de género e o empoderamento de mulheres e meninas é um dos temas centrais e transversais.

A comunicação da Plataforma será inclusiva, de forma a incluir todas as pessoas e evitar estereótipos de género, tanto na comunicação escrita como nos conteúdos visuais. A Plataforma continuará a promover ao nível da gestão interna os princípios da não discriminação e da igualdade de oportunidades.

No que se refere às Associadas, para além da difusão de informação sobre a temática, de acordo com os termos do Código de Conduta deverá ser garantida e promovida *“a igualdade de género, e a conciliação do trabalho e da vida familiar e pessoal, integrando na sua gestão políticas e práticas nestes domínios, aplicando as boas práticas de promoção de igualdade de género e de conciliação familiar, apresentadas pela Comissão para a Igualdade do Trabalho e do Emprego”*²⁷.

F.9. RESPONSABILIZAÇÃO PELA GESTÃO DAS ATIVIDADES

A Plataforma Portuguesa das ONGD será responsável pela gestão das atividades.

F.10. TITULARIDADE DOS BENS

A Plataforma Portuguesa das ONGD será a titular dos bens, os quais podem ser utilizados pelas ONGD Associadas quando relevante e adequado.

F.11. IMPACTOS

Através das atividades de coesão interna, de *advocacy* e influência política, de capacitação e de comunicação, implementadas ao longo do programa, pretende-se incrementar mudanças ao nível organizacional de forma que as ONGD se sintam mais preparadas para responder aos desafios globais atuais, reforçando o seu papel como organizações da sociedade civil no espaço político. Este reforço será

²⁷ Código de Conduta da Plataforma Portuguesa das ONGD, p.17.

concretizado através do fomento de espaços de diálogo e reflexão, que contribuam para o aumento do conhecimento e das capacidades estratégicas e técnicas das ONGD. Pretende-se igualmente contribuir para o incremento da sustentabilidade organizacional das ONGD e da Plataforma, assim como para o aumento das oportunidades de parceria e sinergia entre organizações e com outros atores, pelo fortalecimento da colaboração e partilha entre ONGD Associadas e com atores externos diversificados. Ao apostar na criação de conteúdos de qualidade, com uma abordagem crítica, na área comunicacional, assim como na produção de publicações e documentos de posicionamento político, propiciar-se-á o aumento do conhecimento e consciência sobre os temas e ações executadas pelos atores do setor, potenciando o interesse do público, ao mesmo tempo que se fomentará a importância do setor do Desenvolvimento junto dos/as cidadãos/cidadãs. Pretende-se ainda prosseguir o contacto com os meios de comunicação social, para incrementar a divulgação e acesso a informação crítica e de qualidade sobre o setor, de forma a proporcionar um ambiente mais favorável à mobilização das pessoas no sentido de uma maior solidariedade e envolvimento na resolução dos problemas atuais que afetam o mundo.

G. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

G.1. INDICADORES E FONTES DE VERIFICAÇÃO

Os indicadores definidos para avaliar a prossecução dos objetivos e resultados do CP, encontram-se apresentados no Quadro Lógico (**Anexo IV**). Pretende-se rever todos os indicadores e respetivos meios de verificação aquando da elaboração da *Linha de Base*, a realizar ainda em 2023. Adicionalmente, realizar-se-á um trabalho de ajustamento do Sistema de Monitorização e Avaliação e dos indicadores e meios de verificação conforme necessário e adequado.

G.2. ACOMPANHAMENTO

O acompanhamento da execução do CP será realizado pela Plataforma das ONGD de forma continuada, com base no Sistema de Monitorização e Avaliação concebido no anterior Contrato Programa, mas ajustado à presente proposta.

G.3. AVALIAÇÕES INTERCALARES

Prevê-se a realização de avaliações anuais ao CP, as quais se materializarão pela apresentação, por parte da Plataforma das ONGD, de relatórios anuais técnicos e financeiros, incluindo uma descrição das atividades realizadas e um mapa de execução financeira, por rubrica e atividade. Este reporte será efetuado com base na informação produzida a partir do Sistema de Monitorização e Avaliação e respetivos indicadores.

Também anualmente será promovido um encontro entre a Direção da Plataforma das ONGD e a Direção do Camões IP com o objetivo de avaliar os resultados das atividades desenvolvidas e discutir eventuais alterações, tendo em conta a evolução do contexto e das necessidades das ONGD.

No quadro do sistema de governança e de acompanhamento do CP, serão definidos os momentos de interlocução contínua entre a Plataforma das ONGD e o Camões IP, através do funcionamento do

Comité de Acompanhamento Estratégico criado no anterior Contrato Programa, bem como os intervenientes nos mesmos.

Adicionalmente, a Plataforma das ONGD realizará uma avaliação intercalar externa, a meio do período total de execução do CP (no final do ano de 2024), durante a qual se procederá a uma análise da relevância e eficácia das ações desenvolvidas, a partir de uma consulta participativa às ONGD Associadas e de dados recolhidos das fichas de avaliação e outros registos relativos a cada atividade realizada, com vista a afinar estratégias de intervenção do CP.

G.4. AVALIAÇÃO FINAL (expõem-se a natureza, a metodologia e os intervenientes responsáveis por esta atividade)

A avaliação final, a realizar no último ano do CP (2026), será realizada por contratação de um serviço externo de avaliação. Esta avaliação terá por base uma análise da relevância, eficácia, eficiência, impactos e sustentabilidade das ações desenvolvidas, através dos indicadores definidos, com os seguintes objetivos:

- i) Avaliar a eficácia e eficiência da sua execução, tendo em conta objetivos, atividades e resultados definidos;
- ii) Aferir se os resultados da intervenção foram alcançados de acordo com o previsto;
- iii) Apresentar propostas de melhoria e formular recomendações para a definição de uma futura estratégia de intervenção e preparação de novas iniciativas.

No que se refere à abordagem e metodologia de avaliação, deverão ser incluídos os seguintes parâmetros:

- Análise da relevância do programa face ao contexto da cooperação para o desenvolvimento e das ONGD;
- Análise de eventuais desvios do programa em relação à proposta inicial;
- Análise, com base nos critérios da OCDE (relevância, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade), das ações desenvolvidas, tendo por referência os indicadores definidos no programa;
- Avaliação e análise dos resultados, por parte dos diferentes atores envolvidos.

A avaliação assentará numa análise de documentos internos, da qualidade e viabilidade dos produtos, de eventuais entrevistas às ONGD associadas da Plataforma e demais organizações envolvidas no Contrato Programa e de eventuais entrevistas ao Camões IP e demais entidades parceiras e colaboradoras.

Da avaliação final constará ainda uma análise da execução financeira, validada por um ROC, consagrando uma apresentação de eventuais desvios em relação à proposta inicial.

H. QUADRO LÓGICO (anexo IV)

QUADRO LÓGICO

Objetivo	Indicadores Operacionais Qualitativos e Quantitativos	Unidade de Medida	Valor	Fonte de Verificação	Pré-condições
Objetivo Geral Fortalecer a ação transformadora da sociedade civil portuguesa no setor do Desenvolvimento para a construção de um mundo justo, saudável, equitativo e sustentável, com vista ao bem comum e à dignidade humana	Perceção dos/as cidadãos/as da importância de apoiar e combater a pobreza nos países em desenvolvimento; aumento da participação da sociedade civil no diálogo com decisores, no desenho de políticas nacionais que integram dimensões de justiça, sustentabilidade, equidade e sustentabilidade; aumento do número de espaços de abertura transformadora, com vista ao bem comum e à dignidade humana, realizados pela sociedade civil portuguesa	A determinar em 2023	Ativa de 2023 das Plataformas Integradas (comunicar, informar e colaborar) no país em desenvolvimento em 2023, 5% de aumento da participação da sociedade civil portuguesa no diálogo com decisores e na elaboração de políticas nacionais que integram dimensões de justiça, sustentabilidade, equidade e sustentabilidade; 5% de aumento de ações de abertura transformadora, com vista ao bem comum e à dignidade humana, realizadas pela sociedade civil portuguesa	Relatório Anual de Atividades e Participação de Plataforma	Existência de espaços de diálogo e concertação entre ONG e intervenções públicas nacionais e internacionais em áreas de intervenção; existência de condições de concertação para a criação de condições que visem a abertura transformadora, com vista ao bem comum e à dignidade humana, realizadas pela sociedade civil portuguesa
Objetivo Específico Reforçar o papel e o trabalho da Plataforma e das ONG no respeito aos desafios globais, através do fortalecimento da concertação interna e de sua diversificação com atores externos, da promoção de reflexões críticas, do posicionamento público e público da sustentabilidade	Existência qualitativa do reconhecimento do papel e do trabalho da Plataforma e das ONG no respeito aos desafios globais Existência qualitativa do fortalecimento do trabalho de reflexão crítica Existência qualitativa e quantitativa do alargamento do posicionamento público Existência qualitativa do aumento da sustentabilidade das ONG e da Plataforma Nº de associações e de outras organizações envolvidas nas atividades promovidas pela Plataforma	A determinar em 2023	90% das ONG Associadas consultadas reconhecem o papel e o trabalho da Plataforma e das ONG no respeito aos desafios globais e fortalecimento da concertação interna e de sua diversificação com decisores e na elaboração de políticas nacionais que integram dimensões de justiça, sustentabilidade, equidade e sustentabilidade no âmbito da Plataforma 10% das ONG Associadas e 80 outras organizações/ONG participam nos atividades da Plataforma	Relatório Anual de Atividades e Participação de Plataforma	Existência de condições, disponibilidades e interesse das ONG Associadas para a concertação interna e com atores externos, qualificação de condições, disponibilidades e interesse das ONG Associadas para participar em momentos de reflexão crítica, existência de espaços de diálogo e de disponibilidades de concertação entre ONG e intervenções públicas nacionais e internacionais, existência de condições para a abertura transformadora, com vista ao bem comum e à dignidade humana, realizadas pela sociedade civil portuguesa
R.1. Colaboração e partilha entre ONG Associadas e com atores externos diversificados (nacionais, através da criação e implementação de espaços de encontro, diálogo e reflexão)	N.º de tipologia de espaços de encontro, diálogo e reflexão em funcionamento N.º de atores externos envolvidos N.º de reuniões realizadas com as Associações N.º de reuniões realizadas entre Associações e outros atores N.º de iniciativas conjuntas realizadas entre ONG Associadas, resultados de partilha de competências e boas práticas	A determinar em 2023	8 espaços de diálogo, partilha, colaboração e reflexão em funcionamento 10 atores externos envolvidos 12 reuniões realizadas com as Associações 4 reuniões realizadas entre Associações e outros atores 10 iniciativas conjuntas realizadas entre ONG Associadas resultados de partilha de competências e boas práticas	Disponibilidade e interesse das Associações de participarem nos espaços de diálogo e reflexão e em assegurar a informação disponibilizada, manutenção de possibilidades de colaboração paravista entre as ONG, disponibilidades e interesse das Associações de colaborar com outras ONG	
R.2. Posicionamento e campo de ação política alargados, no quadro de debates, desenho de políticas públicas, participação em processos legislativos e outros processos relevantes para o setor	N.º de publicações e posicionamentos produzidos e divulgados pela Plataforma N.º de recomendações propostas pela Plataforma integradas em processos, políticas públicas ou em documentos relevantes para o setor N.º de recomendações propostas pela Plataforma integradas em processos, políticas públicas ou em documentos relevantes para o setor N.º de convites à Plataforma para participar em reuniões/jornadas de trabalho relevantes para o setor, a nível nacional e internacional N.º de convites à Plataforma para participar em processos políticos, a nível nacional e internacional, relevantes para o setor N.º de eventos, sessões de trabalho e de encontro com decisores nacionais e internacionais no âmbito do Desenvolvimento Internacional	A determinar em 2023	7 publicações e posicionamentos produzidos e divulgados pela Plataforma 10 recomendações propostas pela Plataforma integradas em políticas públicas ou em documentos relevantes para o setor 10 convites à Plataforma para participar em reuniões/jornadas de trabalho relevantes para o setor, a nível nacional e internacional 3 convites à Plataforma para participar em processos políticos, a nível nacional e internacional, relevantes para o setor 15 participações em reuniões / eventos / jornadas de trabalho / encontros com decisores no âmbito do desenvolvimento nacional e internacional	Sistema de monitorização e avaliação da Plataforma; Relatório Anual de Atividades da Plataforma	Qualidade de oportunidades e espaços para influenciar as políticas públicas; disponibilidade e interesse das ONG para participar em processos legislativos, participação em processos legislativos e outros processos relevantes para o setor, a nível nacional e internacional; Reconhecimento das ONG e do seu papel no âmbito da monitorização e avaliação de políticas públicas
R.3. Sustentabilidade organizacional da Plataforma e das ONG promovida através da capacitação institucional e da melhoria das práticas, alinhadas em princípios de conduta e transparência	Índice de submissão e implementação do Código de Conduta Nº de ONG que identificam melhorias internas decorrentes das ações de capacitação da Plataforma Nº de ONG Associadas que identificam melhorias internas decorrentes da implementação do Código de Conduta Nº de ONG que identificam melhorias ao nível da sustentabilidade organizacional	A determinar em 2023	20 ONG submeteram e implementaram o Código de Conduta 15 ONG identificam melhorias internas decorrentes das ações de capacitação da Plataforma 10 ONG Associadas identificam melhorias internas decorrentes da implementação do Código de Conduta 15 ONG identificam melhorias ao nível da sustentabilidade	Capacidade das ONG de participarem em momentos de capacitação e ação formação e maior disponibilidade das ONG para partilharem experiências com outros membros da Plataforma; capacidade das ONG para prosseguir em subdomínios de implementação do Código de Conduta	
R.4. Acesso informado e oportuno das reflexões críticas promovidas, pela produção e disseminação de conteúdos comunicacionais	Perceção da melhoria da reflexão crítica Nº de visualizações das newsletters Média de visitas às edições de cada uma das Revistas Alcance das redes sociais Nº de sessões no website Nº de referências na comunicação social Nº de convites recebidos para eventos/jornadas, entrevistas, espaços de opinião	A determinar em 2023	60% das ONG consultadas consideram haver mais acesso à informação e a oportunidades de reflexão crítica Aumento de 5% no número de visualizações das newsletters Aumento de 5% no número de visitas às edições das Revistas Aumento de 5% no número de visitas às redes sociais Aumento de 5% no número de referências na comunicação social 4 convites recebidos para eventos/jornadas, entrevistas, espaços de opinião	Manutenção da possibilidade de acesso aos conteúdos por parte das Associações e outros atores; interesse de meios de comunicação, nos termos propostos e da Plataforma; manutenção da capacidade de transmissão por parte dos meios de comunicação; manutenção das condições necessárias (existência de horários de comunicação para IM) para assegurar o acesso à reflexão de conteúdos de natureza interna e para outras Associações, outros atores a disponibilizar ao público geral	
A.0. Atividade transversal Implementação do Comité de Acompanhamento Estratégico; Relatório do sistema de Monitorização e Avaliação de CP; Realização de avaliações internas; Realização de análises externas ao nível do CP	N.º de reuniões do Comité de Acompanhamento Estratégico Nº de relatórios apresentados decorrentes das avaliações internas e finais	A determinar em 2023	4 reuniões do Comité de Acompanhamento Estratégico realizadas 2 relatórios apresentados decorrentes das avaliações internas e finais	Disponibilidade e interesse do Conselho IP e de outros atores para participar reuniões do Comité de Acompanhamento Estratégico; manutenção de espaços de reflexão de dados disponíveis para o acompanhamento do sistema de monitorização e avaliação de CP; existência e interesse dos atores nacionais e internacionais; capacidade das ONG e do seu papel no âmbito da avaliação interna e final à Plataforma	
A.1.1. Elaboração e implementação da Estratégia de Coesão Interna A.1.2. Orientação dos Grupos de Trabalho e de redes estruturais internas de participação e diálogo A.1.3. Visitas às ONG A.1.4. Interações entre ONG A.1.5. Jornadas de trabalho com Associações A.1.6. Criação e dinamização de estruturas de reflexão e orientação estratégica	Estratégia de Coesão elaborada e correspondência entre ações previstas e realizadas Nº de reuniões do CT realizadas Nº de estruturas internas de participação em funcionamento Nº de visitas realizadas às Associações Nº de paragens realizadas Nº de ONG envolvidas nos interâmbios Nº de reuniões de trabalho realizadas com as Associações Estruturas de reflexão e orientação estratégica criadas e dinamizadas	A determinar em 2023	1 Estratégia de Coesão elaborada e implementada 50 reuniões do CT realizadas 8 estruturas internas de participação em funcionamento 22 visitas realizadas às Associações 10 paragens realizadas 12 ONG envolvidas nos interâmbios 13 reuniões de trabalho realizadas com as Associações 1 Estrutura de reflexão e orientação estratégica criada e dinamizada	Relatório Anual de Implementação de CP; Relatório Anual de Atividades das Plataformas Integradas; sistema de monitorização e avaliação de Plataforma; regiões de presença em eventos, newsletters, eventos, publicações e posts para redes sociais;	
A.2.1. Revisão e implementação da Estratégia de Advocacy A.2.2. Elaboração e disseminação de publicações e posicionamentos A.2.3. Realização de eventos de advocacy A.2.4. Ativação com atores do Desenvolvimento Nacional e Internacionais A.2.5. Capacitação articulada com instituições nacionais e internacionais diversificadas e com decisores públicos nacionais e internacionais	Estratégia de Advocacy elaborada e correspondência entre ações previstas e realizadas Nº de publicações e posicionamentos elaborados Nº de eventos de advocacy realizados Nº de participações em eventos nacionais e internacionais com atores do desenvolvimento Nº de ações de representação institucional nacional e internacional realizadas Nº de personalidades dinamizadas Nº de recomendações propostas pela Plataforma integradas em políticas públicas ou em documentos relevantes para o setor Nº de recomendações propostas pela Plataforma integradas em políticas públicas ou em documentos relevantes para o setor Nº de convites à Plataforma para participar em reuniões/jornadas de trabalho relevantes para o setor, a nível nacional e internacional Nº de convites à Plataforma para participar em processos políticos, a nível nacional e internacional, relevantes para o setor	A determinar em 2023	1 Estratégia de Advocacy revista e implementada 7 publicações e posicionamentos elaborados 8 eventos nacionais de advocacy realizados 8 participações em eventos nacionais e internacionais, com atores do desenvolvimento 15 participações em reuniões / eventos / jornadas de trabalho / encontros com decisores e atores no âmbito do desenvolvimento nacional e internacional 5 personalidades dinamizadas 10 recomendações propostas pela Plataforma integradas em políticas públicas ou em documentos relevantes para o setor 10% de recomendações propostas pela Plataforma integradas em políticas públicas ou em documentos relevantes para o setor 10 convites à Plataforma para participar em reuniões/jornadas de trabalho relevantes para o setor, a nível nacional e internacional 3 convites à Plataforma para participar em processos políticos, a nível nacional e internacional, relevantes para o setor 15 participações em reuniões / eventos / jornadas de trabalho / encontros com decisores no âmbito do desenvolvimento nacional e internacional	Disponibilidade e interesse das ONG para participar em momentos de capacitação e ação formação e maior disponibilidade das ONG para partilharem experiências com outros membros da Plataforma; capacidade das ONG para prosseguir em subdomínios de implementação do Código de Conduta	
A.3.1. Revisão e implementação da Estratégia de Capacitação A.3.2. Implementação de ações de formação A.3.3. Realização de eventos de capacitação entre pares e de reflexão com atores diversificados A.3.4. Implementação de Programa de sustentabilidade para as ONG Associadas A.3.5. Implementação do Código de Conduta	Estratégia de Capacitação elaborada e correspondência entre ações previstas e realizadas Nº de ações de formação implementadas Nº de eventos de capacitação entre pares e de reflexão realizados Nº de sessões do Platf-um realizadas Nº de atores externos envolvidos Nº de ONG envolvidas no Programa de sustentabilidade Nº de ONG que submeteram e terminaram o processo de implementação do Código de Conduta	A determinar em 2023	1 Estratégia de Capacitação revista e implementada 6 ações de formação implementadas 2 eventos de capacitação entre pares realizados 3 sessões do Platf-um realizadas durante as Assembleias Gerais da Plataforma 7 atores externos envolvidos nos eventos 20 ONG envolvidas no Programa de sustentabilidade 10 ONG submeteram e implementaram o Código de Conduta	Disponibilidade e interesse das ONG para participar em momentos de capacitação e ação formação e maior disponibilidade das ONG para partilharem experiências com outros membros da Plataforma; capacidade das ONG para prosseguir em subdomínios de implementação do Código de Conduta	
A.4.1. Revisão e implementação da Estratégia de Comunicação A.4.2. Publicação e divulgação de Newsletter mensal da Plataforma A.4.3. Publicação e divulgação de Revistas semestrais da Plataforma A.4.4. Dinamização da comunicação interna da Plataforma A.4.5. Dinamização das redes sociais e website A.4.6. Dinamização de relação com os media portugueses	Estratégia de Comunicação da Plataforma elaborada e correspondência entre ações previstas e realizadas e planos operacionais Nº de artigos elaborados e divulgados Nº de newsletters mensais elaboradas e divulgadas Nº de newsletters semestrais da Plataforma elaboradas e divulgadas Nº de informações Semanais e emails enviados às Associações Nº de campanhas de comunicação nas redes sociais realizadas Nº de Comunicados de imprensa e outros conteúdos enviados para os media	A determinar em 2023	1 Estratégia de Comunicação revista e implementada 1 plano operacional de comunicação incluído no Plano de Atividades em cada ano 70 artigos elaborados e divulgados 24 newsletters elaboradas e divulgadas 7 Revistas da Plataforma elaboradas e divulgadas 150 informações semanais e outros conteúdos internos enviados 3 campanhas de comunicação nas redes sociais realizadas 7 Comunicados de imprensa e outros conteúdos enviados para os media	Manutenção da possibilidade de acesso aos conteúdos por parte das Associações e outros atores; interesse de meios de comunicação, nos termos propostos e da Plataforma; manutenção da capacidade de transmissão por parte dos meios de comunicação; manutenção das condições necessárias (existência de horários de comunicação para IM) para assegurar o acesso à reflexão de conteúdos de natureza interna e para outras Associações, outros atores a disponibilizar ao público geral	

I. Descrição Detalhada das Despesas do Projeto

RUBRICA	Orçamentado		
	Quantidade	Custo Unitário	Custo Total
1. Governança e Monitorização	1	3 000,00	3 000,00
Total 1.			3 000,00
2. Recursos Humanos			
2.1. Remunerações			
2.1.1. Coordenador (1)	49	2 290,61	112 239,89
2.1.2. Pessoal Técnico (3)	147	1 813,65	266 606,55
2.1.3. Pessoal Administrativo e de apoio ao projeto	49	1 813,65	88 868,85
2.2. Remunerações de pessoal expatriado/internacional			
2.3. Ajudas de custo em missões/deslocações			
2.4. Seguros do pessoal afecto ao projeto	48	97,20	4 665,41
2.5. Outros (a)			
Total 2.			472 380,70
3. Viagens			
3.1. Viagens internacionais			
3.2 Viagens nacionais			
3.2.1. Viagens nacionais - visitas associadas	32	20,00	640,00
3.2.2 Viagens nacionais- acompanhamento para implementação CC	18	15,00	270,00
3.2.3. Viagens nacionais- ações de coesão e concertação internas	42	47,62	2 000,00
3.2.4. Viagens nacionais para articulação com decisores	15	20,00	300,00
Total 3.			3 210,00
4. Obras e Infraestruturas			
4.1. Materiais			
4.2. Mão-de-obra			
4.3. Outros			
Total 4.			
5. Materiais, Equipamentos e Fornecimentos			
5.1. Compra ou aluguer de equipamentos	36	22,00	792,00
5.2. Compra de maquinaria, ferramentas, equipamentos e peças			
5.3. Mobiliário e equipamento informático	1	750,00	750,00
5.4. Outros (Assistência Informática e fotocopiadora)	42	134,00	5 628,00
5.5. Programas de apoio e ferramentas	3	360,00	1 080,00
5.6. Programa Dev Aid	3	1 000,00	3 000,00
Total 5.			11 250,00
6. Escritório local/ Funcionamento da acção			
6.1 Aluguer do escritório	42	302,50	12 705,00
6.2 Consumíveis de escritório	42	5,00	210,00
6.3. Despesas de manutenção			
6.4 Outros Serviços (correios/telefone/fax/internet/luz, etc...)	42	100,00	4 200,00

6.5. Outros (a)			
Total 6.			17 115,00
7. Outros custos e serviços			
7.1 Fundos rotativos/Micro-Crédito			
7.2. Publicações			
7.2.1. Design Boletim Código de Conduta	2	200,00	400,00
7.2.2. Design para as publicações	3	1 700,00	5 100,00
7.2.3. Design revista	7	900,00	6 300,00
7.3. Estudos e investigação	3	3 500,00	10 500,00
7.4. Custos com formação			
7.4.1. Custos com formação	7	2 500,00	17 500,00
7.4.2. Programa Sustentare	60	70,00	4 200,00
7.4.3. Academia do desenvolvimento	2	5 000,00	10 000,00
7.5. Tradução e interpretação	7	100,00	700,00
7.6. Custos com conferências/seminários, eventos			
7.6.1. Custos com conferências e seminários	42	39,15	1 644,30
7.6.2. Atividades de Coesão e concertação internas (Reuniões c/associadas + reuniã	42	95,24	4 000,00
7.6.3. Eventos de advocacy	3	500,00	1 500,00
7.7. Despesas de divulgação e publicidade			
7.7.1. Desp. divulgação e publicidade	9	200,00	1 800,00
7.7.2. Assessoria de Imprensa	3	2 000,00	6 000,00
7.8. Seguros e transporte de equipamento e veículos			
7.9. Serviços Financeiros			
7.10. Subgranting Código de Conduta	6	200,00	1 200,00
7.11. Orçamento dos GT's para atividades	15	150,00	2 250,00
Total 7.			73 094,30
8. Acompanhamento e Avaliação			
8.1. Avaliação intermédia	1	3 000,00	3 000,00
8.2. Avaliação final	1	4 500,00	4 500,00
Total 8.			7 500,00
9. Auditorias	4	1 237,50	4 950,00
Total 9.			4 950,00
Sub-Total 1 a 9			592 500,00
10. Imprevistos (máx. 2%)			
Total 10.			
11. Despesas Administrativas (máx. 10%)			
Total 11.			
TOTAL (b)			592 500,00

III. Orçamento Global por Resultados

	OBJECTIVOS	Pessoal	Actividades	Outros gastos e serviços	TOTAL
	Governance & Monitorização			15 450,00	15 450,00
R1	Colaboração e partilha entre ONGD Associadas e com atores externos diversificados fortalecidas, através da criação e implementação de espaços de encontro, diálogo e reflexão.	89 752,33	9 202,42	4 819,35	103 774,10
R2	Posicionamento e campo de ação políticos alargados, no quadro de debates, desenho de políticas públicas, participação em processos legislativos e outros processos relevantes para o setor	132 266,60	18 760,40	7 102,20	158 129,20
R3	Sustentabilidade organizacional da Plataforma e das ONGD fortalecida, através do desenvolvimento e reforço da capacidade institucional e da melhoria das práticas, alicerçadas em princípios de conduta e transparência	118 095,17	36 981,08	6 341,25	161 417,50
R4	Acesso a informação e a oportunidades de reflexão crítica aumentados, pela produção e disseminação de conteúdos comunicacionais.	132 266,60	14 360,40	7 102,20	153 729,20
	TOTAL	472 380,70	79 304,30	40 815,00	592 500,00